

**LOGOS UNIVERSITY INTERNATIONAL
DEPARTAMENTO PÓS GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO**

APARECIDA GARCIA FROEZ EVANGELISTA

**COLABORAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DO
ENSINO REGULAR**

**MIAMI, FL
2024**

APARECIDA GARCIA FROEZ EVANGELISTA

**COLABORAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA O PARA PROFESSORES DO
ENSINO REGULAR**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Logos University International como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Wanderson Santos de Farias

MIAMI, FL

2024

F926c Froez, Aparecida Garcia - 1976

Colaboração da Educação Continuada Para Professores do Ensino Regular /
Aparecida Garcia Froez. – Miami, FL. 2023. 86f. 30 cm. Dissertação de Mestrado
em Educação submetida à LOGOS UNIVERSITY INTERNATIONAL, UNILOGOS
sob orientação do Professor Doutor Wanderson Farias.

1. Educação. 2. Formação Para Professores. 3. Pesquisa. I. Título. II. CDD

370

Aparecida Garcia Froez Evangelista

Colaboração da Formação Continuada para Professores do Ensino Regular

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Wanderson Santos, de Farias
Presidente da banca examinadora
Logos University International

Profa. Dra. Carla Andreia Alves de Andrade
Logos University International

Profa. Dra. Meiriana Xavier Vila Nova
Logos University Internacional

Prof. Me. Antônio Flávio dos Santos Mendes
Avaliador Externo Unopar

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Educação.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Dr. Wanderson Santos, de Farias
Orientador

Miami, 2024

Observei o conjunto da obra de Deus e percebi que o homem não consegue descobrir tudo o que acontece debaixo do sol. Por mais que o homem se afadigue em pesquisar não chega a compreendê-la. E mesmo que o sábio diga que a conhece, nem por isso é capaz de entendê-la.

(Ecl.,8:17)

Agradecimento

Á Deus, que onipresente proporcionou na minha vida momentos de sabedoria, inteligência, forças para lutar e tranquilidade e a certeza de que tudo vale à pena, quando temos um pai que nos protege e ama.

Aos meus pais queridos, Ena Garcia Froez e Roldão Alves Froez a você meu pai que sempre me incentivou a estudar eu lhe dedico o mérito do melhor pai do mundo, a minha família amada pela compreensão da ausência de muitos momentos de comemorações que não conseguir participar durante o curso.

A minha irmã Leocádia Garcia Froez que sempre me motivou em todos os momentos da minha vida meu muito obrigada você é, mas que uma irmã amo você de coração. As minhas irmãs Eleza Garcia Froez, Leocádia Garcia Froez, Marluvia Garcia Froez, Roldão Garcia Froez Filho, muito obrigada pelo apoio, nos momentos mais difíceis. Obrigada por desejarem sempre o melhor para mim.

As minhas filhas Gisele Froez de Oliveira, Maísa Froez Evangelista, muito obrigada pela compreensão a você Maísa que luta ao meu lado enfrenta dificuldade no dia a dia no meu local de trabalho minha eterna gratidão, Gisele que sempre me motivou para conquistar meus sonhos muito obrigada meu tesouro. A meu esposo Rubens Evangelista por me ajudar financeiramente para conquistar esse sonho e que todas as vezes sorriu e brincou por não aguentar, mas a minha fala eu estudo o mestrado serei eternamente grata a você.

Agradeço aos mestres e doutores do curso, pelas contribuições na socialização dos conhecimentos durante o curso, minha eterna gratidão. O meu orientador professor. Dr. Wanderson Farias que com paciência e dedicação contribuiu e me orientou para elaboração da minha pesquisa.

O meu coordenador professor Manoel Paiva grande amigo, muito obrigada por sempre ter acreditado e depositado sua confiança em mim, nesses anos de trabalho no qual me ajudou muito, para realizar esse sonho, minha eterna gratidão.

Ao meu futuro genro Fabricio José Lira que contribui para esta formação e sempre me motivou com palavras de incentivos, muito obrigada. A minhas colegas Renilda Reis e Maria de Nazaré Batista que sempre me motivaram e acreditaram que eu era capaz de conseguir realizar esse sonho. Obrigada!

A Beatriz Tavares que o fez por muitas das vezes, deixar de lado seus momentos de descanso para me ajudar. Obrigada!

“Conhecer o professor, sua formação básica e como ele se constrói ao longo da sua carreira profissional são fundamentais para que se compreendam as práticas pedagógicas dentro das escolas. Entendemos que se tornar professor, é um meio de longa duração, de novas aprendizagens e sem um fim determinado” (NÓVOA, 1999).”

RESUMO

Esta dissertação é centrada na formação continuada de docentes e seu impacto relevante no desenvolvimento do conhecimento profissional, mais precisamente no desenvolvimento pedagógico, aonde favorece uma interação entre professor e aprendiz, no qual partindo de um argumento inovador da aprendizagem, deve-se proporcionar uma interação horizontal e colaborativa entre todos os sujeitos. Esta interação pode ser proporcionada em qualquer tipo de ambiente em que haja troca de informação entre pessoas, sejam em ambientes formais ou informais. Tem como meta destacar a colaboração da formação continuada para educadores. A justificativa deste trabalho é direcionada na qualificação durante a formação acadêmica, onde visa colaborar com a prática pedagógica, proporcionando reflexões sobre possibilidades de trabalhar através do aperfeiçoamento durante a formação continuada. A problemática da pesquisa busca esclarecer a verdadeira natureza da relação entre formação inicial e a continuada; e o meio de ensino permanente. Quanto a metodologia utilizou-se a abordagem qualitativa, com a finalidade de instrumentos e técnicas da pesquisa bibliográfica e documental de trabalhos já publicados pela literatura com a temática semelhante. Portanto, é de extrema importância o conhecimento elevado e contínuo de professores, sendo pautada numa perspectiva crítica, transformadora e emancipatória, que oportunize discussões pedagógicas consubstanciadas no conhecimento científico que possam levar à abertura de caminhos para a compreensão da necessidade docente, estreitando o âmbito da conversa com vista a alcançar uma educação verdadeiramente de qualidade.

PALAVRAS - CHAVE: Formação inicial, Formação Continuada, Pesquisa.

ABSTRACT

This dissertation is focused on the continued training of teachers and its relevant impact on the development of professional knowledge, more precisely on pedagogical development which favors an interaction between teacher and learner in which, based on an innovative learning argument, a horizontal interaction must be provided and collaborative between all subjects. This interaction can be provided in any type of environment in which there is an exchange of information between people, whether in formal or informal environments. Its goal is to highlight the collaboration of continuing education for educators. The justification for this work is aimed at qualification during academic training, where it aims to collaborate with pedagogical practice, providing reflections on possibilities of working through improvement during continuing education. The research issue seeks to clarify the true nature of the relationship between initial and continued training; and the permanent teaching environment. As for the methodology, a qualitative approach was used, with the purpose of using instruments and techniques for bibliographic and documentary research of works already published in the literature with a similar theme. Therefore, the high and continuous knowledge of teachers is extremely important, being guided by a critical, transformative and emancipatory perspective, which provides opportunities for pedagogical discussions embodied in scientific knowledge that can lead to the opening of paths for understanding the teaching need, narrowing the scope of conversation with a view to achieving truly quality education.

KEYWORDS: Initial training, Continuing Training, Research.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PNE - Plano Nacional da Educação
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
RSL - Revisões sistemáticas da literatura
CNE - Conselho Nacional de Educação
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PAR - Plano de Ações Articuladas
PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação
UAB - Universidade Aberta do Brasil
TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação
PPP - Projeto Político-Pedagógico
BDTD - Biblioteca Digital de Teses Digitais
BNCC - Base nacional comum curricular
MEC - Ministério da Educação
TER – Tecnologias Educacionais em Rede
PROINFO - Programa Nacional de Tecnologia na Educação
EDUCOM - Educação e Computador
NTE - Núcleo de Tecnologia Educacional
PRONIFE - Programa nacional de Informática educativa
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 2. JUSTIFICATIVA | 18 |
| 3. OBJETIVOS | 20 |
| 4. PROBLEMA DE PESQUISA | 21 |
| 5. CAPÍTULO I | 22 |
| 1.1 FORMAÇÃO DE PROFESSORES | 22 |
| 1.2 REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO PROFESSOR | 23 |
| 1.3 PROCESSO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL..... | 27 |
| 1.4 POLÍTICAS FEDERAIS ABRANGENTES | 32 |
| 6. CAPÍTULO II | 33 |
| 2.1 O IMPACTO DA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL | 33 |
| 2.2 AS POLÍTICAS ATUAIS DE FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA LEGISLAÇÃO..... | 37 |
| 2.3 SER PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA CONTEMPORANEIDADE: DESAFIOS PARA A SUA FORMAÇÃO E ATUAÇÃO | 42 |
| 2.4 TECNOLOGIA EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO | 45 |
| 7. CAPÍTULO III | 47 |
| 3.1 METODOLOGIA DA PESQUISA | 47 |
| 3.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA..... | 48 |
| 3.3 A PESQUISA | 48 |
| 3.4 A PESQUISA NA AÇÃO DOCENTE..... | 49 |
| 3.5 DELINEAMENTO DA PESQUISA | 52 |
| 3.5.1 CONTEXTO DA PESQUISA..... | 52 |
| 8. CAPÍTULO IV | 57 |
| 4.1. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS: O QUE A PESQUISA NOS REVELA..... | 57 |
| 4.1.1 ANÁLISE DOCUMENTAL | 57 |
| 4.1.2 O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA..... | 57 |
| 4.1.3 ORGANIZAÇÃO ESCOLAR..... | 59 |
| 4.1.4 PRINCÍPIOS EDUCATIVOS | 62 |
| 4.1.5 PLANO DE AÇÃO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA..... | 65 |
| 4.1.6 EDUCAÇÃO PERMANENTE | 71 |
| 9. RESULTADOS E DISCUSSÕES | 72 |
| 10. CONCLUSÃO | 73 |
| 11. RECOMENDAÇÕES | 78 |
| 12. REFERÊNCIAS | 80 |

INTRODUÇÃO

A presente investigação abordará o tema sobre "Colaboração da Educação Continuada para Professores do Ensino Regular". Dentro de um cenário geral das diferentes abordagens e aprimoramento da tarefa da docência para qualificar sua prática pedagógica.

A educação no Brasil passou por muitas mudanças nas últimas décadas. As discussões trataram de currículo e o desenvolvimento das potencialidades profissionais e gestão escolar com o objetivo de (re) pensar na organização da educação e do emprego do docente.

Essa mudança é imprescindível diante da necessidade de superação das inúmeras dificuldades que surgem no cotidiano escolar e da busca perpétua por uma educação de qualidade.

O debate sobre a perspectiva da melhoria educacional não é um tema novo, pelo contrário, é um tema recorrente nas políticas públicas há muitos anos. O relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) reconhece quatro conceitos diferentes de qualidade, a saber: atributo ou essência; grau de excelência ou valor relativo; bom ou excelente; características e julgamento. Essa classificação revela a complexa, ambígua e subjetiva capaz de ser a compreensão da qualidade.

Reconhecer as enormes mudanças sociais, tecnológicas e científicas que se passam na comunidade solicita uma profunda reflexão sobre o dever da escola e da capacitação de educadores para acompanhar a rápida mudança da sociedade do conhecimento. Assim, essa estrutura aparentemente inconsistente e improdutiva prejudica todo o processo educacional e social. Portanto, o aumento de cursos de capacitação de docentes é relativamente superficial e não consegue atender aos requisitos necessários para a capacitação de docentes nas atuais realidades sociais, culturais, financeiras e tecnológicas.

A pesquisa é importante na relação que os educandos fazem do que vivem no seu cotidiano com os conhecimentos que adquirem no ambiente escolar incentivando para professor o uso dos recursos tecnológicos, além de textos, livros e revistas. Assim, o aluno consegue obter melhor compreensão e explicação dos fenômenos sociais (Melo e Silva, 2020).

No decorrer dos anos a problemática do ensino público no Brasil, principalmente quando o tema é formação continuada no qual relata sobre o conhecimento prático do professor, é possível identificar um dos problemas que a educação enfrenta relacionado principalmente aos docentes mal qualificados para cuidar das questões que surgem a todo o momento no ambiente escolar, como as novas mudanças educacionais, novas ferramentas de trabalho e as novas tecnologias que tem desafiado os docentes diariamente no ambiente escolar. Situações como essas que são de grande importância para o ensino aprendido do aluno.

No Brasil, particularmente, a grande maioria dos educadores chegaram perto das discussões sobre o enciclopedismo das Diretrizes Curriculares e que muitos desconhecem a existência dessas Diretrizes. A organização escolar, as preocupações são outras. Os professores brasileiros em exercício demonstram um sentimento de impotência, diante dos inúmeros problemas enfrentados nas escolas, sobretudo à convivência escolar (Barbosa e Silva, 2019).

Segundo Amador (2019) tornar-se professor é uma atuação permanente que envolve uma série de experiências pelas quais esse profissional passa ao longo de sua vida. Com o tempo, o conhecimento acumulado nessas experiências é reformulado e remodelado em uma atividade natural que faz com que os alunos queiram se qualificar e aprimorar sua prática. Nessa perspectiva, os professores buscam a formação continuada porque muitos não querem parar no tempo e precisam continuar aprendendo para transformar e inovar seu trabalho. Para alguns professores, esse processo se busca mais rapidamente do que para outros.

O impacto da formação de professores surge de novas questões, principalmente do uso de novas tecnologias e ferramentas que precisam ser utilizadas no ambiente de trabalho escolar. São influências sempre presentes no ambiente escolar, como as novas mudanças educacionais, as novas ferramentas de trabalho e as novas tecnologias, que desafiam diariamente os professores no ambiente escolar.

Há uma necessidade urgente de incorporar a tecnologia como recurso no processo educacional para potencializar a ação humana transformadora no pensamento crítico, reflexivo, criativo e inovador entre educadores e estudantes. Com consciência docente, constitui a experiência do professor de integração de conhecimentos. Portanto, esta prática não se limita à implementação e às funções utilitárias práticas da educação. É necessário formar professores para se adaptarem

à realidade educacional marcada pela nova realidade educacional. Tecnologia (Loureiro et al, 2019).

A pesquisa pressupõe alguns elementos fundamentais para sua realização, tais como: criatividade, inovação e estratégia para contribuir com o desenvolvimento de capacitação que oportuniza aprendizados referentes as metodologias educacionais, bem como aos procedimentos obtidos para as práticas desenvolvidas em ambiente escolar e em sociedade.

A pesquisa inicialmente inserida no campo da pedagogia, porém, cresceu continuamente, resultando em um grande volume de pesquisas sobre o tema, levando à continuidade da capacitação de educadores como campo de pesquisa, que “aos poucos se apresentou como uma matriz temática forte”. A capacitação dos docentes em determinado campo de pesquisa ocorre fornecendo alguns referentes, a saber:

- a) A extensão de um objeto próprio;
- b) Desenvolvimento de métodos específicos;
- c) Uma comunidade de cientistas que define seu próprio código de comunicação;
- d) A participação docente integrada no desenvolvimento da pesquisa
- e) Administradores, políticos e pesquisadores reconhecem a formação docente como elemento essencial para a qualidade da ação educativa.

A realidade é composta além do que se pode entender e visualizar em um cotidiano ou ambiente, nesse sentido a ciência cabe o papel fundamental de captar e compreender o todo da realidade, não reduzindo pequenos fragmento.

A formação continuada é importante para aprimoramento do exercício das docências que promove ao professor o aperfeiçoamento dos seus saberes necessários para o ambiente escolar, metodologias ativas, a interdisciplinaridade e saberes teóricos e práticos sem fragmentação, tornando-o capaz de oferecer a qualidade de ensino esperado.

Essa perspectiva exige atenção cuidadosa ao ensino e aos conteúdos educacionais relacionados à sociologia escolar e ao conhecimento técnico, à psicologia da aprendizagem, à história da educação profissional e técnica, à sociologia dos currículos da educação profissional, à filosofia educacional, ao ensino técnico, à avaliação, a construção da identidade profissional docente, os métodos de referência da educação profissional.

Além disso, é fundamental garantir uma ampla base científica e técnica e a ligação entre as atividades teóricas e práticas, proporcionando oportunidades de estágio para que o processo de ensino esteja o mais próximo possível do contexto social e das relações de trabalho. Numa perspectiva de conhecimento pedagógico, mas também numa perspectiva de conhecimento técnico e de processo.

Ao reconhecer a amplitude que a formação continuada possui nos movimentos educacionais brasileiros e mundiais, visualizamos a carência de explorar a temática na realidade da educação pública local, frente aos condicionantes e elementos que determinam e, diretamente, implicam na configuração deste sistema público de ensino. Temos ciência da importância que a continuidade, dos processos formativos docentes possuem, possibilidades e implicações que podem trazer para os momentos formativos (Silva, 2022).

O presente estudo trata da colaboração da educação continuada para professores do Ensino Regular o principal campo relativo à qualificação e atualização dos professores, sua influência no desenvolvimento da educação atual, como a falta da mesma afeta a dinâmica no ambiente escolar e, principalmente, como os discentes são atingidos nesse processo. Os desafios enfrentados pelos professores são inúmeros e alguns deles serão abordados com o objetivo do esclarecimento e reflexão das necessidades de se capacitar para uma atuação de sucesso frente aos desafios existentes no conhecimento do educador.

Os desenvolvimentos de formação continuada podem ser valiosíssimos, se conseguirem aproximar os pressupostos teóricos de práticas pedagógica e da formação continuada no qual o professor tem que conscientizar que deve associar as duas em busca do mesmo processo.

No qual seria a prática pedagógica eficaz e profissionais competente e comprometido com a educação tenho convicção de que o profissional da educação deve ter em mente que a preparação para aplicação das aulas deve ser constante e a mesma é feita mediante a pesquisa e a formação continuada.

A investigação no espaço escolar da educação básica acaba se tornando uma grande aliada ao processo de ensino e aprendizagem. Junto às discussões diárias constitui-se num forte instrumento para desenvolver a reflexão, o espírito investigativo e o aprimoramento de argumentação.

Segundo Nogueira e Borges (2021) a formação continuada de professores desenvolvida no contexto dos ideais neoliberais.

O que vemos atualmente na educação é uma enxurrada de medidas, projetos e ações que visam formar educadores para atender às demandas do mercado. A formação continuada desempenha um papel na preparação desses sujeitos para atender a essas exigências e é o mecanismo que lhes permite obter altas pontuações nas avaliações externas.

O Plano Nacional da Educação (PNE 2014-2024), Lei 13.005/2014 por exemplo tem vários objetivos relacionados ao envolvimento do corpo docente e à necessidade de acesso à educação continuada. A Meta 16 do plano explicita o objetivo da formação pós-graduada para 50% dos professores do ensino básico no último ano da sua vigência e garante a formação continuada na sua área de atuação a todos os profissionais do ensino básico. No Brasil, porém, todas as propostas para atender às aspirações do povo estão bloqueadas e os objetivos do PNE estão sendo prejudicados pela Emenda Constitucional 95.

A prática pedagógica eficaz é resultado da formação continuada e da pesquisa. Os novos paradigmas da educação impulsionam os professores a repensarem e reverem suas práticas pedagógicas, surgindo, então, a carência de uma ação docente que propicie uma aprendizagem crítica e transformadora do educando, exigindo assim, um novo posicionamento embasado em pressupostos básicos e voltado para uma ação reflexiva, ética, responsável e coerente com o novo contexto já institucionalizado.

Para Santana (2019) o que vem sendo destacado dentro da prática pedagógica é a interação estabelecida entre professor e aprendiz no qual, partindo de um argumento inovador da aprendizagem, deve-se proporcionar uma interação horizontal e colaborativa entre todos os sujeitos. Esta interação pode ser proporcionada em qualquer tipo de ambiente em que haja troca de informação entre pessoas, sejam em ambientes formais ou informais.

O tema apresentado visa destacar se a pesquisa está focada em novos conhecimentos e a formação continuada, desenvolvidas como parte integrante do cotidiano dos docentes por meio da revisão integrativa.

Dentro dos recursos metodológicos, a pesquisa apresenta os trabalhos já escritos anteriormente, onde os mesmos dão embasamento ao tema com suas pesquisas já comprovadas e divulgadas, que vem elucidar tendo em vista a importância da pesquisa e o desenvolvimento pedagógico e o rendimento esperado do processo ensino aprendizagem.

Em buscar saberes específicos direcionados aos conteúdos disciplinares sobre o objetivo da formação de professores e a restrita relação com a aprendizagem dos conteúdos específicos de uma área com as coordenadas pedagógico-didáticas de transmissão de conteúdo.

É importante destacar que o conhecimento docente se constitui a base da prática, e o espaço escolar é uma instituição social historicamente construída, portanto a atividade docente é uma prática social. Essa prática se constrói em cada tempo histórico e espaço geográfico a partir dos diferentes sujeitos que dela participam e do cotidiano no qual constroem como seres humanos. Nessa perspectiva, entendemos a dimensão como um processo que se constrói com as ações dos docentes.

Este movimento consiste em exercícios, ora respectivos e mecânicos, ora criativos e inovadores. Em ambos os casos, essas ações são necessárias para o desenvolvimento do trabalho dos professores. Para tanto, os educadores são orientados a agir de forma consciente e refletir sobre o aspecto teórico que está na base dessa prática consiste em um conceito muito amplo de ensino. Faz parte de um processo continuado de aprendizagem que não se termina ao final, mesmo depois de uma pós-graduação, ou seja, é um processo para a vida (Viana e Miguel, 2020).

O trabalho apresenta-se em 5 (cinco) seções, sendo introdução, com a sequência do primeiro capítulo apresentando o marco teórico, o segundo capítulo, o impacto da formação continuada o terceiro capítulo com o marco metodológico. No quarto capítulo são apresentadas as análises dos dados coletados, seguido das considerações finais e recomendações. Na introdução é possível encontrar uma breve descrição da temática apresentada, os objetivos da pesquisa, a justificativa e o resumo dos capítulos.

No primeiro capítulo, o marco teórico aborda formação de professores, as reflexões sobre a formação do professor, o processo histórico da formação do docente no Brasil e as políticas federais abrangentes

No capítulo dois apresenta o impacto da formação continuada para professores da educação no Brasil, as políticas atuais de formação do profissional da educação básica na legislação, ser professor da educação básica na contemporaneidade: Desafios para sua formação e atuação e a tecnologia educacional na educação.

O capítulo três apresenta marcos metodológico da pesquisa conceitos e definições sobre o termo pesquisa, contexto e desenho da investigação no cenário

educacional. Expõe ainda o enfoque, a fonte de dados, elencando população e amostragem, sujeito, universo e amostra. Traz ainda as técnicas e Instrumentos de Coleta de Dados, assim como os procedimentos utilizados e as técnicas de análise de dados.

No capítulo quatro são apresentados os detalhes da análise dos dados levantados, fazendo uma ligação da teoria com a prática. Em seguida são expostas as considerações finais e as recomendações.

A intenção do estudo é avaliar a colaboração da formação continuada para professores do ensino regular. Sendo assim, a formação continuada é indispensável para que as instituições de ensino e equipes de educação acompanhem essas novidades e consigam evoluir e proporcionar uma educação de qualidade para os alunos.

JUSTIFICATIVA

O tema escolhido é de suma importância, pois visa analisar a complexidade na formação continuada dos professores em qualquer nível e em qualquer área, pois não se nasce professor e nem mesmo pesquisador, a pesquisa é um ato trabalhado e desenvolvido ao longo da carreira profissional.

Para ser professor, a pessoa precisa necessariamente desenvolver determinadas competências, relevando que é indispensável que ocorra uma formação específica e que lhe forneça subsídios teórico-práticos para desempenhar a sua função com competência técnica e política.

O trabalho apresenta-se em 5 (cinco) seções, sendo introdução, com a sequência do primeiro capítulo apresentando o marco teórico, o segundo capítulo, o impacto da formação continuada o terceiro capítulo com o marco metodológico. No quarto capítulo são apresentadas as análises dos dados coletados, seguido das considerações finais e recomendações. Na introdução é possível encontrar uma breve descrição da temática apresentada, os objetivos da pesquisa, a justificativa e o resumo dos capítulos.

No primeiro capítulo, o marco teórico aborda formação de professores, as reflexões sobre a formação do professor, o processo histórico da formação do docente no Brasil e as políticas federais abrangentes.

Relata ainda sobre o que significa formação continuada e quais os dilemas que este viés de estudo enfrenta.

No capítulo dois apresenta o impacto da formação continuada para professores da educação no Brasil, as políticas atuais de formação do profissional da educação básica na legislação, ser professor da educação básica na contemporaneidade: Desafios para sua formação e atuação e a tecnologia educacional na educação.

O capítulo três apresenta marcos metodológico da pesquisa conceitos e definições sobre o termo pesquisa, contexto e desenho da investigação no cenário educacional. Expõe ainda o enfoque, a fonte de dados, elencando população e amostragem, sujeito, universo e amostra. Traz ainda as técnicas e Instrumentos de Coleta de Dados, assim como os procedimentos utilizados e as técnicas de análise de dados.

No capítulo quatro são apresentados os detalhes da análise dos dados levantados, fazendo uma ligação da teoria com a prática. Em seguida são expostas as considerações finais e as recomendações.

Desta forma, justifica-se a importância desta dissertação, pois, além de qualificar a formação acadêmica, visa a colaborar com a prática pedagógica de colegas professores da mesma rede de ensino, proporcionando reflexões sobre possibilidades de trabalhar através do aperfeiçoamento durante a formação continuada.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

- Investigar a colaboração da educação continuada para qualificar a prática pedagógica dos professores do ensino regular.

Objetivo Específico

- Realizar uma reflexão sobre a formação docente no Brasil.
- Analisar o impacto da formação continuada para professores do ensino regular.
- Desenvolver os níveis de formação acadêmica.

PROBLEMA DE PESQUISA

A problemática central da pesquisa está na ausência ou pouca- escassez, não sendo valorizado em sua justa dimensão e transcendência o ato pedagógico na pesquisa e na formação continuada pelos docentes para qualificar esta prática pedagógica.

O problema central da investigação gerou o norte da pesquisa para formação continuada para professores do ensino regular. Tendo como pergunta geral norteadora: Qual a colaboração da formação continuada na pratica docentes de escolas públicas?

E como perguntas específicas primeiramente identificar qual o valor pedagógico atribuído à pesquisa paras professores do ensino regular? Na sequência, analisar o impacto da formação continuada pelos docentes, para qualificar sua prática pedagógica?

CAPITULO I

1.1 FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A formação de professores é um elemento operacional do processo de ensino que possibilita e condiciona modos formativos auxiliares na construção do conhecimento pedagógico. Este treinamento deve atender aos desafios e requisitos atuais. Ao falar de formação de professores, fala-se na formação acadêmica e na formação continuada, já que o mundo vive em constantes mudanças e o profissional da educação precisa estar atento e aberto a essas transformações (REIS; ANDRÉ; PASSOS, 2020).

Quando o olhar está voltado para a docência, a formação continuada, ao constituir-se para uma dinâmica social de formação continuada, se faz necessário observar o apelo para que os conhecimentos sejam compartilhados, contribuindo significativamente para a melhoria na qualidade da prática docente, sendo, em dado momento, compreendida como uma atividade não-facultativa para o docente engajar, mas de primordial relevância, visto a avalanche de mudanças e transformações pela qual passa a sociedade (ARAUJO; SILVA, 2019).

Leva em consideração o processo de formação da consciência crítica do educador que sempre começa pela capacidade de questionar o mundo a sua volta, a si próprio e a sua maneira de atuar no cenário educacional. Da mesma forma que se deve buscar entender que educar não é um processo que se faz aos pedaços, em momentos oportunos ou em condições cômodas, mas sempre e em todo lugar, e que sua atuação deve ser uma arte, onde ele é o principal protagonista, neste sentido cabe afirmar que o processo educacional se dá de forma combinada entre aqueles que ensinam e aqueles que aprendem (ARAUJO; SILVA, 2019).

A profissão docente se estabelece em um processo contínuo, formal e informal, no qual é considerada uma construção social que possibilita aos professores a obtenção de conhecimentos. Num contexto de constante mudança nas nossas vidas, a formação contínua torna-se ainda mais importante. “Isso ocorre porque os professores devem mediar uma quantidade cada vez maior de informações e conhecimentos e não podem mais se limitar aos métodos tradicionais de ensino.

Os professores deste século precisam de compreender que enfrentamos novos desafios, incluindo o colapso de velhas certezas e o colapso de um ensino

ultrapassado, guiado por paradigmas individualistas centralizados que transmitem a verdade absoluta. Os professores devem ser profissionais diversificados, com competências científicas, didáticas e pedagógicas, estruturados de forma a permitir aos professores refletir sobre o desenvolvimento pedagógico e adaptá-la aos desafios de enfrentar novos problemas, conviver com a incerteza e as rápidas mudanças no conhecimento.

A formação continuada de docentes é compreendida como a constância na atualização de conhecimentos, processos de formação ou qualquer ação didática pedagógica para além de sua formação acadêmica/titulação, que venha a agregar valores e contribuições ao profissional docente, tal como, êxitos de aprendizagem em sua prática. Neste sentido, refletir em caráter bibliográfico acerca de como ocorre este processo e averiguar relatos de processos, cursos e ações de formação continuada, faz se necessário quando pensamos nas necessidades enfrentadas pela Educação Básica. Esta etapa é desafiadora, principalmente se considerarmos os contextos da rede pública de ensino, aspectos de desigualdade e vulnerabilidade socioeconômica, que rende até mesmo, estudos posteriores a este (Cunha et al, 2022).

1.2 REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO PROFESSOR

No conceito moderno de aperfeiçoamento, fatores políticos, econômicos e filosóficos determinam os rumos da formação de professores no Brasil, que ficou mais evidente durante a República. Mudanças sociais acompanhadas por novos padrões de capital e relações de trabalho provocaram mudanças dramáticas nas instituições educacionais. O professor é agente primordial nesse processo de mudança, de construção de sujeitos, na transformação de realidades e na edificação de vidas (PELLENZ, 2022).

É necessário oferecer para o educador um aprendizado contínuo de acordo com sua realidade para capacitar o professor norteando seu trabalho pedagógico, deixando um pouco de lado a ideia de ficar parado apenas com curso superior. É necessário procurar entender o papel de ensinar e entender que devemos passar das entravas das barreiras da escola, uma vez que mudanças ocorridas no mundo do trabalho e na educação, exigem mudanças para sanar as dificuldades no processo de

ensino-aprendizagem e tornar ainda mais satisfatório a qualidade do ensino do alunado, destacando nas atividades pedagógicas que aumentaram nos aspectos educativos nos dias de hoje (Lidoino et al, 2020).

O docente não pode se privar de estudar, grande são os desafios que o profissional enfrenta, mas manter-se atualizado e desenvolver prática pedagógica é indispensável para que haja maior mobilização na formação de docentes, é necessário criar condições favoráveis tanto na formação continuada quanto na valorização do mesmo.

[...]O professor reflexivo faz pesquisa ação, experiência que repercute em três dimensões: a do desenvolvimento profissional, a da prática social e política e, por consequência, dá visibilidade ao conhecimento produzido pelos professores. Na pesquisa ação, os professores pesquisam sobre a sua prática e sobre o contexto de seu trabalho e, refletindo sobre suas atividades, sobre seu ensino e as condições sociais que o produzem, criam saberes denominados “teorias práticas” do professo (Lidoino, 2020).

Vale ressaltar que refletir sobre diferentes vertentes da formação do professor está diretamente ligado com sua formação básica (inicial) e posteriormente com a continuada. A capacitação dos docentes tem sido objeto de muita investigação e reflexão no contexto da complexidade e dos crescentes desafios sociais, bem como de rápido desenvolvimento, no sentido de se tornarem cada vez mais profissionais e equipados para preparar os futuros professores com desempenho profissional e Conhecimento científico. É um assunto amplamente estudado, mas continua sendo uma fonte de questões preocupantes.

Nóvoa (2019) fala-nos da existência de um terceiro género de conhecimento que se exige para formar um professor, valorizando-o. Sendo o primeiro conhecimento, o conhecimento científico (das disciplinas) aprendido na formação inicial e atualizado ao longo da vida; o segundo conhecimento, é o conhecimento pedagógico (didático) que se adapta às novas realidades e metodologias de ensinar e o terceiro conhecimento é o conhecimento profissional docente:

Formar-se como professor é compreender a importância deste conhecimento terceiro, deste conhecimento profissional docente, que faz parte do património da profissão e que necessita de ser devidamente reconhecido, trabalhado, escrito e transmitido de geração em geração” (Nóvoa 2019, p. 205).

As mudanças que atualmente se pretendem fazer nas escolas - professores começando a trabalhar coletivamente/colaborativa mente para prosseguir os "seus" programas educativos, as "suas" escolas, para construir diferentes ambientes educativos - seriam conseguidas se existisse um terceiro apoio coletivo para fortalecer e melhorar o processo educacional. Esse apoio através da profissionalização, só pode ser alcançada se as universidades e as escolas estiverem articuladas e unificadas, e através dos professores, especialmente os novos.

Para Nóvoa (2019) “A criação de um terceiro lugar institucional, lugar de coordenação interna das universidades e de articulação externa com as redes escolares, reforçando assim os processos de formação docentes. O reconhecimento da importância do terceiro género de conhecimento, essencial para afirmar os saberes dos professores e para dar sentido e conteúdo a uma formação profissional de nível universitário. A carência de reforçar a profissão docente, dando corpo a uma terceira presença coletiva, dos professores, na formação dos seus futuros colegas e na sua integração nas escolas”.

Refletir na capacitação dos docentes hoje é pensar no processo de desenvolvimento que ocorre ao longo da carreira docente, principalmente nos modelos organizacionais de formação docente. A formação básica não está mais no cerne da formação docente, sendo vista apenas como ponto de partida de uma jornada de crescimento e construção de identidade. “As formações continuadas de professores passaram por uma formação profissional inicial para melhorar os seus padrões pessoais e profissionais de conhecimentos, competências e atitudes”.

Fonseca (2021) destaca dois critérios - o político-administrativo e o organizacional e pedagógico – e, a partir deles, distingue sete modelos organizacionais de formação contínua de professores:

A. Modelo estatista - É o Estado que decide, organiza, executa e financia a formação que é ministrada. O papel de professor é o de funcionário público que deve frequentar essas ações de formação, porque o Estado assim o determina. A desvantagem deste modelo, na vertente organizacional e pedagógica, tem a ver com a falta de envolvimento dos professores na concepção e planificação da formação, pelo que esta pode ser pouco eficaz para a melhoria profissional dos docentes.

B. Modelos centrados nas instituições de formação inicial de professores - Neste modelo são as instituições do ensino superior as responsáveis pela formação contínua dos professores seguindo a linhagem da formação inicial. Tem a vantagem

de ser uma formação especializada em termos científicos e pedagógicos pois é ministrada por especialistas e permite uma atualização e complementação da formação inicial, mas tem a desvantagem de poder ser demasiado acadêmica, afastada das reais necessidades dos professores. Assim a organização da formação contínua por estas instituições pode ser considerada pouco eficaz.

C. Modelos centrados nas escolas - A formação é organizada na escola e para a escola. A grande vantagem desta organização é que o professor é um participante ativo na concepção, planificação, execução e avaliação da formação e está vai de encontro às suas necessidades pessoais e organizacionais (da escola e dos projetos que nela se desenvolvem). Assim a formação é concretizada “in loco” promovendo a melhoria das práticas daquela escola. A grande desvantagem deste modelo é que pode não levar à inovação, à introdução de novas metodologias e de novas práticas se for “fechada” à própria escola. Contudo, os CFAE, ao associarem várias escolas são uma mais valia para o intercâmbio da formação e de formadores, levando a uma maior capacidade formativa das escolas pela partilha.

D. Modelo centrado nos centros de professores e/ou nas associações de professores - Este modelo é idêntico aos modelos centrados nas escolas pois permite a “auto-organização” da formação na escola e a formação “centrada nas práticas”. Várias associações de professores promovem formação mais específica, em termos científicos e pedagógicos, para determinadas disciplinas e áreas disciplinares que poderá ser vantajosa em termos de atualização científica e pedagógica dos professores.

E. Modelo baseado nas escolas e nas instituições de formação de professores: Este modelo colmata algumas das desvantagens dos modelos anteriores pois permite que a formação seja centrada na escola, decidida pela escola e pelos seus atores e a concretização da formação seja feita pelos especialistas das instituições do ensino superior. Porém, para que isso seja possível e viável, as escolas têm de ter financiamento do Estado, o que não se tem verificado nos últimos anos.

F. Modelo liberal neste modelo é o próprio professor que gere a sua formação, planifica, procura e financia. O estado não participa em nenhuma destas fases. É uma formação individualista, pelo que não se adequa ao nosso sistema educativo, nem aos professores, nem à escola em geral pois não existe um fio condutor na formação nem a título individual e muito menos a título coletivo.

G. Modelo de parceria social. Este modelo pressupõe um conjunto de entidades formadoras parceiras em que todas, e cada uma, podem organizar e executar formação contínua.

As mudanças tecnológicas e científicas ocorridas ao longo do século XX deram origem a avanços e mudanças na filosofia da educação e na formação de professores (inicial e contínua), exigindo novas reflexões para responder aos desafios colocados pela sociedade contemporânea. Portanto, é necessário que a profissão docente abandone o conceito de mera transmissão de conhecimento acadêmico que prevaleceu no século XIX, que está ultrapassado e incompatível e não atende mais aos anseios da educação contemporânea, e estabeleça um novo conceito. Servir futuros cidadãos numa sociedade democrática. Diante dessa realidade, acredita-se que há novos elementos na legislação sobre a atuação profissional dos professores, que ampliam o papel social da profissão docente. Conceitos como participação, expressão e elaboração no trabalho coletivo nas escolas constituem mudanças nos padrões de formação de professores. Exigindo-se do professor o domínio das práticas destinadas à boa aplicação do método, reiterando-se, no período, a influência europeia na formação de docentes (JARDILINO; SAMPAIO, 2019).

1.3 PROCESSO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL

Repensar a história da educação refere-se à educação e à cultura. Relata o conjunto de conhecimentos que o ser humano construiu e que cada indivíduo acumulou a partir dos grupos aos quais pertence e de suas experiências pessoais. Desenvolver a capacidade de pensar criticamente a realidade com base na ética e no respeito à dignidade e à autonomia do sujeito envolve estratégias dos professores como intelectuais transformadores e das escolas como espaços de contestação e construção de visões críticas da sociedade. As reformas de ensino deixavam transparecer a familiaridade dos seus autores com os sistemas europeus, na maioria das vezes, inadequados às exigências nacionais (MARCOMINI, 2021).

Como fenômeno histórico, a história da educação mostra as diferenças e particularidades entre as pessoas. Dessa forma, a formação de professores explicita as dificuldades encontradas no sistema de ensino um marco no período que estamos tratando é a promulgação da Lei 9.394/96, Diretrizes e Fundamentos da Educação

Nacional, que consolida a estrutura da educação escolar nacional e esclarece responsabilidades e estipula todas as modalidades e níveis de educação nacional. Até à data, recebeu mais de duzentas reformulações devido às necessidades atuais e às novas exigências, algumas das quais muito importantes, como a extensão do ensino primário para nove anos, e a recente reformulação do ensino secundário, perpassa quase todos os demais temas educacionais e tem gerado inúmeros debates no cenário brasileiro no tocante à educação, desencadeando políticas, na tentativa de construir uma educação pública com padrões nacionais de qualidade para as instituições de nosso país (BARBOSA, N. P, 2020).

Segundo Júnior e Sampaio (2019) pontos críticos da formação inicial docente são o currículo e o estágio, visto que, referente ao currículo existem algumas inovações, há uma busca por novos currículos, incluindo novos temas, no entanto. Este ainda segue cristalizado, e sobre o estágio, este se configura como precário, sem acompanhamento satisfatório, muitas vezes se resumindo a mera observação.

Júnior e Sampaio (2019) analisa a condição de trabalho dos professores, destacando:

A sobrecarga de trabalho, o compadecimento de responsabilidade por parte dos professores pelo desenvolvimento da escola e dos alunos, as avaliações, regulações, eventos que não competem aos professores, mas que acabam em suas mãos são alguns dos pontos que acabam afetando os docentes e conseqüentemente a sua saúde, pois a carga de trabalho aumentou significativamente, entretanto, os suportes necessários para este docente encarar esta nova realidade não lhe foi ofertada.

Para fazer isso, os mesmos necessitam estar dispostos a mudar e ser sensíveis à necessidade de mudanças no que refere ao comportamento docente em busca de um ensino de maior qualidade. Com isso podemos afirmar, que a formação continuada não representa por si só uma solução para o problema da qualidade educacional, mas abre perspectivas para a construção de ações coletivas e de busca de qualificação para o trabalho docente.

Buscando também como justificativa o viés histórico como a Lei nº 8.069, Lei da Criança e do Adolescente (ECA), promulgada em julho de 1990, reconhece a criança e ao adolescente como parte da sociedade e é garantida por lei, definindo uma série de direitos, inclusive a educação. E para que essa educação seja aplicada da melhor maneira possível se faz obrigatório ter profissionais da docência qualificados para desempenhar suas funções como educador.

O Capítulo IV da Constituição de 1988, “O Direito à Educação e o Direito à Cultura, ao Esporte e ao Lazer”, reforça as disposições educacionais da Constituição de 1988, dispondo: Art. 53. As crianças e os jovens têm direito a uma educação orientada no pleno desenvolvimento pessoal, preparando-os para a cidadania e para o trabalho. Para GROSSI (2021) assegurando-lhes que:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

II - Progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; 55. Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino. Art. 58. No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura.

Qualquer profissional deve procurar formas de aperfeiçoar sua prática, pois o processo de formação, inicial ou continuado, nem sempre garante qualidade e não é o único aspecto que influencia o trabalho do professor.

Atualmente, o governo federal tem ofertado cursos de formação continuada para os professores dos anos iniciais, visando a melhorar a educação no Brasil. Essa prática de aperfeiçoamento do docente deve ser o ponto de partida e de chegada de tais formações, ou ainda entre colegas, grupos, reuniões pedagógicas.

Quanto à formação de professores para a Educação Básica trouxe novas propostas que, mesmo ainda constando no texto sem alterações, não foram implementadas. Trata-se dos Institutos Superiores de Educação e das Escolas Normais Superiores. Em 2002 o Conselho Nacional de Educação (CNE) formulou Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores válidas para todas as licenciaturas que deveriam a elas se adequar. Propunha: a coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor; a pesquisa, com foco no ensino e na aprendizagem, para compreensão do processo de construção do conhecimento; a prática presente desde o início do curso, e, flexibilidade para que cada instituição formadora construísse projetos inovadores com identidade própria. Que traz outras Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), revogando a Resolução CNE/CP 02/2015. A nova Resolução ainda não entrou em vigor até este

momento, em parte devido à emergência da pandemia Covid-19 que levou a alterações no funcionamento geral das instituições educacionais, sobrestando mudanças curriculares de base. (Brasil, 2019).

Curiosamente, nos últimos sete anos, muitos cursos de ensino superior implementaram reformas curriculares orientadas por resoluções do CNE, como medicina, direito, engenharia entre outros e as recomendações para a formação de profissionais docentes na educação básica foram adiadas. Essa dificuldade com as mudanças curriculares, principalmente nos cursos de graduação, levanta questões sobre a dificuldade de se chegar a um consenso mínimo em torno das perspectivas de formação dos professores do ensino fundamental, e o real valor atribuído pelas instituições de ensino superior aos cursos de graduação com tal profissão, abrangente.

Além de suas tentativas de transformar a formação inicial de professores, o CNE desenvolveu uma proposta de programa de carreira docente que aborda a questão de fornecer uma perspectiva sobre o desenvolvimento profissional de professores em diferentes redes educacionais. O Ministério da Educação (MEC) encetou várias políticas visando o cenário complexo e problemático da educação básica, tanto para aumentar a oferta de licenciaturas, como para qualificar melhor as formações e para a valorização do magistério. Sobre esta última questão atuou decisivamente na aprovação e promulgação da Lei do Piso Salarial Nacional do Magistério. (Brasil, 2019)

Com o objetivo de propiciar a melhoria das condições de remuneração do magistério na educação básica, cujo impacto se esperaria que pudesse ser sentido tanto na atratividade da carreira docente, como nas condições do trabalho docente. Os efeitos desses dispositivos sobre o estímulo e atratividade para a carreira docente, seu aperfeiçoamento e diversificação na progressão profissional ainda não são palpáveis até nossos dias. A diversidade de situações e redes de ensino no Brasil é muito grande, suas condições financeiras também, em que pese o papel redistributivo do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - e o percentual orçamentário nele contido voltado aos docentes no ano de 2006; 2007. Em boa parte, os dispositivos de carreira e do piso salarial nacional do magistério, ainda não chegam a ser observados em muitos governos, quer estaduais quer municipais. Carreiras e condições de trabalho se mostram com precariedades palpáveis. (Gatti et al, 2019).

Entre os objetivos perseguidos pela educação, a formação de professores no Brasil é considerada como o principal elemento operacional do processo de ensino. Pois bem, é esta formação que fornece parâmetros formativos subsidiários na construção de saberes pedagógicos para dar resposta aos desafios e necessidades apresentados pela educação atual. O movimento para nacionalizar a educação surgiu durante as reformas. Os professores religiosos foram substituídos por professores seculares recrutados pelo Estado, no entanto, a educação permaneceu nas mãos da Igreja até meados do século XVIII, e os professores eram eles próprios religiosos, que desempenhavam o papel de professores como atividade secundária de seus ofícios.

Durante todo o século XIX que é o período Imperial no Brasil, o ensino foi elitista e propedêutico. Elitista porque continuou tendo acesso ao ensino no Brasil os filhos dos nobres e os próprios nobres. E propedêutico porque se tratava de um curso ou parte de um curso introdutório de disciplinas em artes, ciências, educação, etc. É o que provém ensinamento preparatório ou introdutório, os chamados conhecimentos mínimos, ou seja, esse estudo está atrelado aos interesses do ingresso aos cursos superiores, preparar a pessoa para o ensino superior (Costa et al, 2020).

Oliveira (2020) a Escola Normal nasceu num momento cuja característica marcante se encontra na dominação da escrita, da reprodução e controle de normas bem como da transmissão da cultura. Para isso tornou-se necessário pensar no ensino primário, principalmente na formação docente dos profissionais que iriam atuar nesse nível de escolaridade, o que conduziu a organização dos sistemas de ensino. O Brasil, à época, passava por um período de mudanças, estava independente e, por isso, precisava consolidar-se nacionalmente frente à coroa portuguesa. Nesse momento de ideias em conflitos, a instrução primária tornou-se uma poderosa ferramenta para romper com as características coloniais, portanto, formar profissionais para atuar nessa instrução primária ganhou destaque nas prioridades do governo nacional.

1.4 POLÍTICAS FEDERAIS ABRANGENTES

Em 2004, foi criada a Rede Nacional de Formação Continuada de Profissionais da Educação Básica para oferecer formação contínua a professores que atuam em uma rede de escolas públicas envolvendo instituições públicas de ensino superior, Órgãos comunitários e sem fins lucrativos e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, afirmaram que o plano deverá definir e coordenar o MEC, a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) em parceria com instituições de ensino superior e o sistema educativo para desenvolver esta formação.

Ações estratégicas, como o Pró-Letramento e o Gestar II, Especialização em Educação Infantil, entre outras, foram desdobramentos dessa proposta, bem como grande número de oferta no âmbito da consideração das diversidades. Na prática, as diversas ações desencadeadas se constituíram como programas esparsos em vários órgãos, com muitas e variadas propostas, praticamente sem articulação. Analisando esta dispersão tentou-se implementar uma política mais integrada. Pelo Decreto Nº 6.755/2009 foi instituída a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica que propunha várias ações como a instalação dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente; o estímulo à oferta de licenciaturas por parte a UAB – Universidade Aberta do Brasil; o Programa Pró-Licenciatura: formação inicial/complementar, e outras. Essa política procurou integrar ações já em andamento e propondo outras, implementadas pelo PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, integrado no Plano de Ações Articuladas – PAR proposto no bojo do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE) que pretendia integrar um conjunto de programas, para, com visão sistêmica, organizar melhor o próprio sistema educacional. Os sistemas estaduais e municipais deveriam executar ou dar suporte às atividades em parceria com as instituições de ensino superior públicas e atender aos requisitos postos para a realização das diversas atividades. Em 2017, com a mudança de governo, uma outra formulação relativa à política nacional de formação de professores foi editada pelo Ministério da Educação a qual não teve prosseguimento pela nova mudança de governo em 2019 (Gatti, 2021).

CAPITULO II

2.1 O IMPACTO DA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Desde a década de 1990, diferentes programas de formação inicial de professores sofreram profundas alterações, especialmente em termos de localização, duração e equipamentos de formação. No contexto atual, diferentemente do passado, a série de transformações implementadas no Brasil caracteriza-se principalmente pela busca de estabelecimento de modelos profissionais. Tal medida acabou por embasar legalmente o movimento de remodelação curricular dos cursos de Pedagogia que viria a ocorrer nos anos 80 e 90, no sentido de ajustá-los à tarefa de preparar o professor para os anos iniciais da escolaridade. (REIS; ANDRÉ; PASSOS, 2020).

As reformas implementadas nos programas de formação inicial de professores tenderam para a profissionalização do ensino. O objetivo é melhorar a qualidade da formação inicial e contínua e aprofundar o estudo científico dos conhecimentos que constituem a base da formação. Estas regulamentações definiram novas concepções, organização e estruturação dos cursos de formação de professores, tendo exigido reformulações significativas nos projetos pedagógicos dos cursos, em especial, nas licenciaturas, mas os resultados desse processo ainda merecem aprofundamento e uma reflexão para que se possam fazer ajustes visando a melhoria nesse aspecto (FERNANDES, C.G, 2019).

A formação continuada para professores é um curso complementar que causa um impacto bastante positivo na teoria e prática na vivência profissional docente, pois é necessário que o professor realize para poder adquirir mais conhecimento durante sua execução. Este curso complementar pode ser ministrado por outros profissionais da educação. Dada a sua relevância social e acadêmica, a formação continuada de professores é mencionada na legislação brasileira. Os professores em serviço têm direito à formação continuada, que neste trabalho é entendida como um processo de desenvolvimento profissional global, proporcionado pela instituição escolar, pelos seus sistemas de funcionamento ou procurado pelos próprios professores (Araújo, 2019).

A formação continuada proporciona ao docente a reflexão da sua prática pedagógica, troca de experiência que pode colaborar para a melhoria da ação do

professor no processo do ensino aprendizagem em uma perspectiva de teoria e prática, principalmente, em tempos desafiadores, pelo qual estamos passando, dessa forma, as conexões com a formação continuada é de suma importância no auxílio do ensino e da aprendizagem. Para isso torna-se necessário o abandono de práticas prescritivas com propostas prontas que dizem como desenvolver a ação docente (Santos et al, 2021).

A BNCC surge como mais um ingrediente para a receita apresentada para melhorar a qualidade do ensino, por meio do ensinar os professores a saber fazer. Não se deve oferecer um “ingrediente” para os professores, tal como a forma como devem conduzir seu trabalho pois apenas os professores atuantes no cotidiano das salas de aulas sabem as suas reais necessidades. Ademais, as mudanças implantadas pela BNCC não criam possibilidades de emancipação dos professores, ficando a formação continuada atrelada apenas “(...) à participação em cursos, em palestras, em ações descontínuas, sem relação entre si, o que acaba inviabilizando a transformação de ideias e práticas docentes” (Magalhães, 2019, p.198).

A formação continuada gera mais impacto principalmente quando está associada as tecnologias da informação o que leva o profissional docente a desenvolver novos conhecimentos e habilidades.

Para Benedet et al (2019) dos educadores deste século, espera-se um comportamento mais interativo, permeado por tecnologias digitais de informação e comunicação. Nesse sentido, a formação continuada permite a apropriação do conhecimento científico por parte dos educadores participantes. Propicia a reflexão acerca da inovação das aulas a partir do uso das TICs, aproximando-as dos conteúdos escolares no sentido de otimizar a prática com o apoio dos referenciais teóricos. Dedicar-se ao estudo das tecnologias educacionais permite ao professor rever seus conceitos de aula tradicional. Integraras tecnologias, sem perder o foco no currículo.

I - Professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009).

II - Trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009), (Jusbrasil, 2023).

A implantação de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) como ferramenta auxiliar no processo de ensino-aprendizagem de forma a viabilizar o conhecimento do indivíduo no ambiente escolar é uma realidade necessária na

atualidade. No entanto o educador somente terá êxito se investir em uma formação continuada, de forma a visar a transformação do contexto social dos alunos e ter como objetivo de sua abordagem transmitir conhecimento de maneira colaborativa, visto que sua função social é de transformar e promover a emancipação do indivíduo na escola, no trabalho e na sociedade. E nesse contexto, a tecnologia assume um importante papel como instrumento acessório na promoção dessas mudanças (Pessanha, 2020).

Levando em consideração que os discentes do ensino fundamental são "nativos digitais" e necessitam de novas formas de aprender, há uma necessidade urgente de inovação pedagógica. Aproximar a sala de aula do contexto social em que os alunos vivem é imprescindível para que a tecnologia possa permear a sala de aula de forma significativa, inclusiva e abrangente.

Importa esclarecer, ainda, que não é sobre a formação de qualquer profissional que o estudo centra ênfase, trata-se, notadamente, da formação continuada de professores. Nesse caso, a formação continuada aparece associada ao processo de melhoria das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos docentes em seus ambientes de trabalho, majoritariamente escolas e universidades (FERNANDES; SILVA, 2019).

A formação continuada torna-se um dos pré-requisitos básicos para a transformação dos professores e por isso tem um impacto positivo, pois só através do estudo, da investigação, da reflexão, da exposição constante a novos conceitos a mudança é possível principalmente através de programas educativos continuados. Se um professor não tiver a oportunidade de vivenciar novas experiências, novas pesquisas e novas formas de ver e pensar, será mais difícil mudar sua mentalidade docente. Segundo eles, aprendem a lidar com situações problemáticas geradas por mediadores que os colocam diante de novos conhecimentos porque, por meio do aprendizado, tornam-se protagonistas e melhoram seu desempenho (SARAIVA, *et al.*, 2022).

A formação continuada de professores é entendida como um processo permanente de melhoria dos conhecimentos necessários à atividade profissional após a formação inicial, com o objetivo de garantir uma educação de melhor qualidade aos alunos. Vale destacar que a educação continuada não dispensa a necessidade de uma boa formação inicial, mas para os profissionais que atuam por curto ou longo período ela torna-se relevante à medida que os conhecimentos, habilidades e técnicas avançam. De forma que o resultado esperado é favorecer a carreira profissional do educador e o processo de ensino aprendizagem (MARCOMINI, 2021).

Nóvoa (2019) fala-nos da existência de um terceiro género de conhecimento que se exige para formar um professor, valorizando-o. Sendo o primeiro conhecimento, o conhecimento científico (das disciplinas) aprendido na formação inicial e atualizado ao longo da vida; o segundo conhecimento, é o conhecimento pedagógico (didático) que se adapta às novas realidades e metodologias de ensinar e o terceiro conhecimento é o conhecimento profissional docente:

- A construção de um terceiro lugar institucional, lugar de coordenação interna das universidades e de articulação externa com as redes escolares, reforçando assim os processos de formação docentes; - O reconhecimento da importância do terceiro género de conhecimento, essencial para afirmar os saberes dos professores e para dar sentido e conteúdo a uma formação profissional de nível universitário; - A necessidade de reforçar a profissão docente, dando corpo a uma terceira presença coletiva, dos professores, na formação dos seus futuros colegas e na sua integração nas escolas” (Nóvoa, 2019).

É importante destacar também o conjunto de dimensões de formação de professores que tem um impacto significativo, tais como: a dimensão científica e técnica; a dimensão da formação continuada; a dimensão do trabalho coletivo e da construção coletiva do trabalho docente; a dimensão da transmissão do conhecimento; a dimensão crítica reflexiva. A dimensão ciência e tecnologia, como o próprio nome explica, valoriza o conhecimento Pessoal científico e técnico relacionado a uma determinada área. Centra-se no progresso científico e na taxa a que as mudanças ocorrem em diferentes campos como forma de fundamentar o progresso científico.

No contexto da globalização, a formação contínua de professores é crucial. Mas não é isso que queremos, substituir os professores por aulas ministradas através de dispositivos eletrônicos. A tecnologia eletrônica avançou no mundo globalizado e ocupou espaços antes ocupados pelos educadores. Claramente, a inovação tecnológica atual tornou-se um dos maiores desafios enfrentados pelos professores o vem impactando diretamente na sua atuação. Não há dúvida de que contribuem para o processo de ensino e aprendizagem e devem ser apresentadas como uma estratégia na qual professor e aluno devem ser considerados parte integrante e que pode ser complementada ou adaptada de acordo com a realidade e necessidades de cada indivíduo. Outro desafio é a formação de professores para o século XXI, uma vez que reflete a complexidade das relações e dos paradigmas. Proporcionar mudanças qualitativas na educação, desde que os educadores compreendam,

vivenciem, aceitem, flexibilizem as inúmeras possibilidades de ferramenta, adaptando-a de forma a contribuir com a educação. (FERREIRA, 2004, p.22).

2.2 AS POLÍTICAS ATUAIS DE FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA LEGISLAÇÃO

Desde o surgimento das primeiras escolas no Brasil, a implementação de políticas públicas que se traduzam em educação de qualidade tem sido um desafio para o sistema educacional responsável do país. Para compreender como a sociedade mudou e, portanto, como os espaços escolares mudaram, é importante compreender as transformações pelas quais as escolas passaram desde as colônias, até os modelos de ensino e escolarização hoje adotados. Para que as mudanças que ocorrem na sociedade atual possam ser acompanhadas, é preciso um novo profissional do ensino, um profissional que valorize a investigação como estratégia de ensino, que desenvolva a reflexão crítica da prática e que esteja sempre preocupado com a formação continuada (VIEIRA, M. N. F, 2019).

A base política da educação pública, no Brasil sempre foram fracas. Na verdade, na maior parte do século XX, a educação pública não era assunto na sociedade, e apesar dos esforços de alguns educadores que ousaram vir a público em defesa da educação do povo desde o princípio do século XX, o assunto não logrou a entusiasmar as massas, termo usado na época. Somente a partir da Constituição de 1988, o debate sobre a educação do povo começou a emergir com mais visibilidade. Não podemos desprezar o fato de que em alguns momentos surgiram proposta de mudanças que até hoje são apreciadas, mas que não foram devidamente debatidas, tanto pelo Estado como pelos profissionais da educação (Santos et al, 2022).

A qualidade da educação escolar é tema de preocupação dos educadores desde o século XX, e o debate se intensificou principalmente na década de 1980. A Constituição Federal de 1988 define a garantia de padrões de qualidade no artigo 206, inciso VII,1 que considera a educação como a ação humana mais importante, universal e indispensável, capaz de assegurar a construção do processo de civilização humana. No entanto, esta “qualidade” deve ser reconhecida como um princípio constitucional e as medidas necessárias tomadas para garantir a implementação das

prioridades na política educativa. Houve progresso efetivo na educação na última década. No entanto, os problemas de baixa qualidade e baixa produtividade no sistema escolar brasileiro ainda existem, manifestados principalmente nas taxas de reprovação e evasão no ensino médio.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 e a Lei de Diretrizes e Fundamentos Nacionais da Educação de 1996 formaram as bases para o desenvolvimento de novas políticas para a formação de profissionais da educação no país. São nestes quadros legais que se estabelecem os princípios, garantias e regulamentos para a atuação das instituições de ensino especializadas nessa formação, bem como para a atuação dos departamentos governamentais destinados à realização dessa formação.

Constituição Federal de 1988 é um dos marcos mais importantes no que se refere ao desenvolvimento e implementação de políticas públicas visando a educação básica no país, com propostas efetivas para a consolidação da qualidade no processo educacional brasileiro. A partir desse documento, outros foram criados como a LDB 9394/96 e a BNCC, destacados neste estudo, que propõe uma educação mais equitativa para o país. Cabe a discussão de que em 1996 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação –LDB 9394/96. Uma das grandes contribuições dessa LDB é a valorização da educação como um direito de todos e um dever do estado, reconhecendo a educação como um instrumento essencial para o desenvolvimento humano, social e econômico, visando a equidade e igualdade de oportunidade para todos os indivíduos (Nascimento, et al, 2023).

A implementação destas políticas é desenvolvida principalmente através de programas e projetos. Neste item é feita referência a essas bases legais. Como já mencionado na introdução deste artigo, a formação de professores tem sido alvo de muitas regulamentações no âmbito das políticas educacionais implementadas no Brasil nas últimas décadas. Neste contexto, a qualificação dos professores do ensino básico tornou-se uma das prioridades da política educativa.

Desde então, uma série de iniciativas de formação de professores foram introduzidas implementado pelo sistema educacional. Os principais determinantes da política educacional relacionados à formação dos profissionais da educação são discutidos a seguir, com foco nos profissionais que atuam na educação básica. Vale acrescentar que as políticas de formação desses profissionais é uma parte importante de um conjunto de políticas para avaliar e profissionalizar esta categoria. No quadro jurídico, uma decisão sobre a formação é um pré-requisito para tal avaliação. Portanto,

além dos princípios para esta formação e relacionados com esta avaliação são desenvolvidos como políticas públicas.

A valorização da profissão docente, com ênfase na formação e profissionalização da profissão docente, está consagrada na Constituição Federal de 1988, cujo artigo 206(V) diz:

V - Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006), (MEC, 2023).

O Capítulo VI da Lei 9.394/96, intitulado “Dos Profissionais da Educação”, contém seis artigos, um dos quais trata de questões relacionadas à formação de professores. Em particular, considerando o que deve constar do programa de formação, determina-se que:

Esta disposição legal é indicativa das preocupações dos legisladores sobre a necessidade de mais investimento através da prática relacionada com a teoria. Muitos estudiosos da educação criticaram o domínio da pesquisa teórica sobre a ação da aprendizagem prática na formação de professores. Outro ponto a destacar é a abertura de legislação sobre a utilização de pesquisas em outras áreas para formar professores que não escolheram a profissão docente, oferecendo-lhes a oportunidade de formar-se com carga horária mínima e conferindo-lhes o título nas mesmas condições de licenciatura que o do graduado do curso de graduação geral. Isto alimentou duras críticas acadêmicas à política, o que acabou por levar à desvalorização dos cursos regulares de formação de professores.

O Plano Nacional de Educação (PNE), desenvolvido após a LDBEN/96, foi aprovado em 2001 e entrou em vigor no mesmo ano por um período de 10 anos. Este programa não só melhora a educação no nosso país, mas também dá aos professores uma nova esperança e a possibilidade de uma nova segurança nas suas carreiras. Este valor depende de políticas globais que envolvam ações que promovam simultaneamente a formação profissional inicial, as condições de trabalho, os salários e as carreiras, e a formação contínua. Para Silva et al, (2020) a construção do Plano Nacional de Educação-PNE nasceu da necessidade de avançar quanto às políticas de melhorias educacionais. O arcabouço histórico em que se constitui a intencionalidade dos esforços para elaboração de um plano de educação se iniciou

como Manifesto dos pioneiros da Educação Nova, 1932, apontando as emblemáticas necessidades em Educação. Desde esse período houve várias tentativas de constituição de planos nacionais com foco nas melhorias em Educação.

O Plano ainda prevê na carreira do professor um sistema de ingresso, formação e afastamentos periódicos para estudos, como forma de aperfeiçoamento, valorização do magistério e aumento na qualidade da educação. No entanto, os vetos impostos em algumas metas pelo Poder Executivo e a ausência de prioridade dos governos na efetividade de seus objetivos causaram a falta de perspectiva de solução dos nossos problemas educacionais quanto a essa questão. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) lançado 2007 consiste em um conjunto de ações com o objetivo de alavancar a educação no País, da Educação Básica a Educação Superior, onde o tema “formação de professores da Educação Básica” assume centralidade. Isso pode ser ilustrado no Decreto nº 6.094/2007, que dispõe sobre o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Dentre as ações estabelecidas no PDE referentes à formação de professores, destacam-se: 1) A Universidade Aberta do Brasil (UAB), que consiste na oferta da educação superior a distância, tendo como finalidade oferecer formação inicial a professores da educação básica da rede pública de ensino que ainda não tenham graduação; 2) O programa Pro docência, que pretende atuar como uma ação de investimento de recursos para os cursos de licenciaturas no ensino superior público, apoiando projetos institucionais que contribuam para melhorar a formação inicial e o exercício profissional dos futuros docentes da educação básica; 3) o estabelecimento de um piso salarial nacional para os professores; 4) O Programa Iniciação à Docência, que visa ao fomento de projetos nas escolas públicas que incluam alunos dos cursos de licenciaturas no exercício docente, com previsão de bolsas; 5) o FUNDEB, mencionado neste trabalho, regulamentado pela Lei nº 11.494/2007; 6) O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, que visa a oferta de cursos de formação inicial e continuada gratuitos a professores em exercício das escolas públicas, nas modalidades presencial e a distância (Costa, 2020).

Não há dúvida de que o PNE recoloca o debate sobre educação na agenda política e social do país. Considera a avaliação educacional como uma ação importante, envolvendo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a partir do qual as ações de planejamento, incluindo a formação de professores para

esse nível de ensino, passam a se basear nesse índice. Em 25 de junho de 2014, foi aprovado o novo plano nacional decenal de educação 2014/2024. O valor de formar profissionais constitui a nona diretriz do programa, e a formação e os valores dessa categoria estão fortemente integrados aos seus objetivos e estratégias. O seu objetivo 15 visa salvar e guardar a política nacional de formação “garantir que todos os professores do ensino básico recebam formação avançada específica nos seus cursos de licenciatura na sua área de conhecimento profissional”.

As metas 17 e 18 do novo PNE e suas estratégias são consagradas às ações de valorização do profissional da educação, no que se refere, no caso da primeira, “a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE, ” e no caso da segunda, ao assegurar, com prazos estabelecidos, a existência de planos de carreira para todos(as) os (as) profissionais da educação, tomando “como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal”. É de se notar que, comparando os planos de educação nacional, anteriormente mencionados, a política avança em termos de conceituação desses profissionais. No PDE implantado pelo Decreto 6.094 de 2007, uma das ações, acima referidas constituía na criação da política nacional de formação de professores da educação básica. Esta política, de fato, foi criada através do Decreto Presidencial (Costa, 2020).

Vale ressaltar que as iniciativas de formação de professores carecem de conceitos teóricos consistentes e de políticas públicas amplas e contínuas. Além disso, há uma série de fragilidades que constituem pontos chave importantes e sufocam a expressão da EP no país. São licenciaturas, currículos e políticas educativas para esta modalidade de ensino que ainda não foram consolidados, criando assim uma necessidade de formação docente nunca reconhecida. As autoridades públicas e os próprios administradores educativos não têm vontade política para permitir que professores, tutores e inspetores substituam professores. Há falta de professores qualificados e capacitados, bem como falta de aprendizado e pesquisa para construir uma cultura de produção acadêmica científica na região.

2.3 SER PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA CONTEMPORANEIDADE: DESAFIOS PARA A SUA FORMAÇÃO E ATUAÇÃO

Silva et al (2022) abordam alguns desafios e demandas contemporâneas da formação inicial de professores no Brasil, dando ênfase em aspectos das atuais Diretrizes Curriculares Nacionais de formação de professores (Resolução nº2 /CNE/ 2015), que visam adequações nos currículos dos cursos de licenciatura. Os autores destacam, dentre os grandes desafios que se encontram na formação docente, o de formar profissionais que atendam à pluralidade das demandas que emergem no contexto educacional, especialmente no que diz respeito à escola enquanto lugar de atuação e quando se reflete a função social do professor. Cabe lembrar que as Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia fazem referência às questões ligadas ao respeito e à diversidade na formação do pedagogo, como mostra em seu artigo 5º ao apontar que o egresso de Pedagogia deve estar apto a:

IX-identificar problemas socioculturais e educacionais
compostura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras; X-demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras (Silva et al, 2022).

Ao refletirmos sobre os desafios que os professores enfrentam hoje, precisamos compreender que vivemos numa sociedade em rápida e profunda mudança. Portanto, novas perspectivas sobre a relação entre prática e teoria impõem novos desafios aos professores.

Diante desse cenário novo cenário na qual estamos, é necessário refletir sobre os novos papéis do professor na educação contemporânea. Como formador de indivíduos críticos e reflexivos, o professor precisa desenvolver novas habilidades e competências que possibilitem a formação de alunos capazes de lidar com os desafios do mundo atual. Nesse sentido, é importante discutir as abordagens pedagógicas e metodologias de ensino voltadas para a formação de alunos críticos e reflexivos, bem como as competências sócio emocionais valorizadas na educação contemporânea (Júnior et al, 2019).

Atualmente, a educação enfrenta novos desafios trazidos pelas mudanças sociais, culturais e tecnológicas. A sociedade contemporânea exige uma educação mais ampla e diversificada, que vá além do conhecimento técnico e forneça

competências para lidar com as complexidades do mundo atual. Neste caso, o papel do professor torna-se ainda mais importante, pois é ele o responsável por coordenar a aprendizagem dos alunos e ajudá-los a desenvolver competências e habilidades para o trabalho e a vida social.

É importante lembrar que a modernidade é uma era da razão cuja lógica está impressa não apenas na produção do conhecimento científico, mas também nas relações de trabalho, na arte, na estética, nas relações sociais. Estabelece condições de verdade que se justificam e cria diferentes configurações de poder, padronizando cenários e sujeitos, posicionando-se como instrumento de controle. Em síntese, a relação entre os saberes teóricos e os saberes práticos necessários para uma boa performance é fundamental uma qualificação significativa (VIZOTTO, M. E, 2022).

O pensamento contemporâneo pode ser entendido como um estado de constantes mudanças provocadas pelos múltiplos arranjos sociais, sua complexidade, inacabamento e infinita crise. Não é possível encerrar a contemporaneidade num conceito, pois não é possível resumi-la a uma definição, a um ciclo delimitado com início, meio e fim. Foge a uma perspectiva cronológica. Arriscamos afirmar que a contemporaneidade é da ordem da realidade e, como tal, refaz-se continuamente (Abreu, 2020).

O autor afirma que os cursos que formam os professores são fortemente marcados pela racionalidade técnica e, sobretudo, pela razão moderna. Se de um lado constatamos a existência de um conjunto de conhecimentos estruturados num sentido de verdade reinante e a urgente necessidade de formação de professores, observemos a especial atenção dispensada ao rigor metodológico e técnico no desenvolvimento desses cursos de formação inicial. Por outro lado, o dia a dia escolar, com seus modos plurais e singulares, segue reunindo e produzindo múltiplos saberes, conhecimentos, ações e linguagens.

É importante destacar que a relação entre a profissionalização docente e a contemporaneidade deve ser refletida no sentido de abarcar outras perspectivas, convergindo outras posturas, outras formas de agir, fomentando maior plasticidade às práticas cotidianas, fazendo emergir novas lógicas que podem inaugurar modos diferentes de interpretar e estar no mundo (Abreu, 2020).

Dentro desse contexto do professor na contemporaneidade, é importante destacar também a discussão da profissionalização docente que não é uma construção teórica isolada. Promover, tornar pública e democratizar esta discussão

no contexto atual é uma forma de fortalecer os professores, valorizar o seu papel na sociedade e reafirmar o seu lugar entre a classe trabalhadora e a classe intelectualmente produtiva.

O educador do séc. XXI deve ser um profissional da educação que elabora com criatividade os conhecimentos teóricos e críticos sobre a realidade, tendo o mesmo que centrar-se numa prática pedagógica de êxito, com uma aprendizagem satisfatória e significativa, pois as constantes mudanças ocorridas na sociedade exigem uma nova postura do professor, bem como um repensar crítico sobre a educação (Santos et al, 2021).

O autor destaca que um dos desafios atuais da prática do educador é favorecer aos educandos a capacidade de transformar em experiências significativas os acontecimentos cotidianos, seja numa perspectiva pessoal seja numa coletiva, mobilizando os saberes da experiência e percebendo os saberes específicos como conhecimentos inacabados que abrangem situações problemáticas que requerem decisões.

Os professores são intelectuais criticamente transformados que devem educar os alunos para serem cidadãos ativos e críticos da sociedade. É necessário sublinhar que as sociedades atuais sofrem as consequências dos avanços científicos e tecnológicos e, por isso, por se caracterizarem pela rapidez e flexibilidade, exigem a formação e o desenvolvimento de atitudes e comportamentos igualmente flexíveis, críticos e comprometidos. Desta forma, a atitude crítica esperada dos futuros profissionais será alcançada através de uma formação baseada no diálogo e em atividades práticas, com foco na responsabilidade social e política, caracterizada por explicações aprofundadas de questões sociais, políticas, económicas e educacionais.

Para Navegante e Siqueira (2020) é necessário refletirmos sobre as habilidade e competências profissionais dos educadores, fazendo os seguintes questionamentos. Que formação são consideradas concretas para que os professores consigam se inserirem e permanecerem no mercado, como ajudar os alunos a desenvolverem o sentimento de pertencimento. E como podem oportunizar aos alunos o seu desenvolvimento integral de acordo com as exigências atuais.

Os autores afirmam que vivemos em mundo capitalista que requer cada vez mais, profissionais qualificados, dinâmicos, mudando sua forma, seu método de ministrar aulas, buscando atender as exigências do mercado. É importante ressaltar ainda que o universo contemporâneo, busca garantir um mercado competitivo, pois

dessa maneira obriga os mesmos a se qualificarem para de fato estarem de acordo com o perfil considerado ideal.

Quanto aos desafios de integrar a tecnologia à prática docente, a realidade é que isso é inevitável, pois permeiam todas as áreas do comportamento humano, fazendo com que os profissionais da educação reflitam sobre sua compreensão da tecnologia e promovam mudanças de hábitos para melhor utilizar essa realidade técnica. No espaço escolar o desafio que se coloca é a incorporação das tecnologias da informação, presentes na vida de todos os seres humanos. O importante é compreender o processo de incorporação das tecnologias da informação pela escola, particularmente pelo professor, pois defendemos que estas tecnologias podem contribuir para uma vinculação entre os contextos da escola, da vida do jovem aluno, do mundo do trabalho e da cultura contemporânea (Lima e Ponciano, 2020).

Ao mesmo tempo, devemos também ver que se um professor/educador não obtiver e realizar uma formação continuada sólida e for um profissional passivo no processo educativo, então este educador definitivamente não será capaz de corrigir métodos, ajustar métodos, e buscar resultados específicos de ensino e aprendizagem. Materiais educativos, inclusive. E durante este processo de adaptação, ou se os educadores estiverem malformados, certamente se perderá a capacidade de desenvolver competências de reabilitação, principalmente para os alunos com necessidades educativas especiais. A formação continuada de professores é essencial e deve ser obrigatória no contexto da educação inclusiva, pois proporciona uma compreensão da prática docente de forma inclusiva e eficaz, onde se destacam as dificuldades, a singularidade, a diversidade dos alunos, a cultura e as limitações específicas dos alunos com necessidades educativas especiais. (SEN) são agora compreendidos de uma forma mais humana e democrática.

2.4 TECNOLOGIA EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO

Alguns programas e projetos já visavam a utilização da informática nos processos de ensino e aprendizagem nas escolas desde a década de oitenta. Entre esses projetos estão o EDUCOM (Educação e Computador) posto em prática entre

1984 e 1989 em cinco universidades (UFPE, UFMG, UFRJ, UFRGS e UNICAMP), dando o pontapé inicial na tentativa de inserir na cultura nacional as TIC em educação, o programa procurava utilizar o computador como ferramenta de mudança pedagógica, trazendo a estratégia do ensino por projetos (Aguiar, 2019).

Aguiar (2019) também afirma que posteriormente veio o FORMAR em 1987, buscando a qualificação do professor para o uso das tecnologias, ofertando cursos de 360 horas e PRONIFE (Programa nacional de Informática educativa), que também buscou a formação dos professores, com a especialização *lato sensu* em informática, formando assim professores, técnicos e pesquisadores para usar e realizar a gestão das TIC, nesse processo surgiu também o NTE (Núcleo de Tecnologia Educacional).

O Portal do Professor, por sua vez, foi criado pelo MEC em 2008 e nasceu de uma política pública, o Programa Nacional de Tecnologia na Educação (ProInfo). A política visa dotar as escolas das ferramentas informáticas necessárias com acesso à Internet. Posteriormente, foi criado um portal de professores para permitir aos professores utilizar recursos digitais nas suas escolas, ajudando-os a trocar experiências, partilhar conteúdos, materiais e métodos.

Partindo do princípio que o aprendizado é constante e dinâmico, é necessário apresentar como se dão as tecnologias nos espaços de educação profissional e tecnológica, visto que nos cotidianos a grande maioria das pessoas já se habituou às tecnologias digitais, tornando os celulares, tablets, computadores e notebooks ferramentas fundamentais para o trabalho, o lazer e o estudo. Assim sendo, tais instrumentos se consolidam gradativamente como uma possibilidade de aprimoramento das relações sociais e culturais, além do já mencionado fator educacional (Cruz e Wolkartt, 2023).

As tecnologias nunca foram tão utilizadas e por um número maior de pessoas quanto nos dias de hoje, de forma a evitar o atraso e/ou a paralisação definitiva dos processos que permeiam as instituições de ensino. Em outras palavras, as TICs dotam-se de enorme eficiência, como um instrumento eficaz na educação, tornando a Internet, e a rede de conhecimentos existentes nela, uma verdadeira sala de aula, ainda que virtual (SOARES E COLARES, 2020, p. 29).

No entanto, a realidade de uma maior utilização dos recursos tecnológicos não significa uma utilização plena e rentável, porque para explorar mas plenamente a tecnologia é necessário investir em vários recursos, como a formação contínua e

políticas públicas de qualidade, proporcionando assim oportunidade. Aprender e compreender melhor a tecnologia. Dessa forma, notamos que múltiplas identidades são apresentadas nas narrativas contemporâneas sobre as múltiplas possibilidades de uso da tecnologia na educação e na formação de sujeitos, de modo que cada sujeito pode escolher como se posicionar em relação ao seu ensino, aos alunos e às práticas sociais em para atuar e se expressar de determinadas maneiras que estarão ligadas à sua própria compreensão do uso da tecnologia em sua vida cotidiana.

Na contemporaneidade, com o advento da pandemia da COVID-19, o mundo mudou e tivemos que nos adaptar a uma nova realidade que fomos obrigados a aceitar de imediato, sem qualquer planejamento prévio. Principalmente nas práticas relacionadas à tecnologia e no conhecimento adquirido ao longo dos anos à medida que a tecnologia continua avançando e expandindo possibilidades. Sujeitos e máquinas trabalham, assim, incansavelmente para reorganizar toda a ruptura material e cultural, social e espiritual que a sociedade viveu desde o início de 2020 e, em certa medida, continua até hoje. Além disso, a nossa compreensão desta realidade múltipla e complexa é consistente com a afirmação de Soares e Colares de que a tecnologia, incluindo a tecnologia dentro da sala de aula, avançou consideravelmente em comparação com anos anteriores, visando aumentar a eficiência e a usabilidade.

Quando falamos do uso das tecnologias educacionais é necessário considerar as ações públicas já realizadas neste sentido e quais foram os obstáculos enfrentados nesse processo, utilizados como exemplos, os produtos educacionais da Educação profissional e Tecnológica, são elaborados na perspectiva da formação integral humana, em suas diversas dimensões, cognitiva, estética, afetiva, didática, cultural, estética e do mundo do trabalho através da cultura, educação e tecnologia, voltados para serem instrumentos utilizados pelas instituições, professores e estudantes da educação básica (Costa et al, 2020).

CAPÍTULO III

3.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

O Capítulo apresenta a metodologia da pesquisa escolhida para o desenvolvimento do estudo definindo cada etapa até a finalização do processo investigativo.

Explorado e colocado em pratica para (VIZOTTO, 2022), a Metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que são observadas para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade. O método é o meio pelo qual se busca compreender determinado assunto, e adquirir novos conhecimentos, materiais de pesquisa e análises pessoais sobre um tema específico.

Neste capítulo está descrito a forma pela qual a pesquisa foi desenvolvida, sendo definida a classificação da pesquisa e a metodologia utilizada para a realização do estudo.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Este trabalho é centrado em formação continuada – E o impacto na formação de professores que se apresentam nas bases pesquisadas. Quanto aos procedimentos técnicos e coleta de dados, esta pesquisa se classifica como bibliográfica/Revisão da literatura, pois foi elaborada com materiais já publicados nas bases do Google Acadêmico. A análise bibliográfica disponibiliza toda a parte teórica que já tenha recebido tratamento científico e que esteja disponível em relação ao tema em estudo. Para (VIZOTTO, 2022), a pesquisa bibliográfica conduz o pesquisador a publicações realizadas sobre determinado assunto, envolvendo, sobretudo, livros e artigos científicos, sendo desse modo, um meio de cobrir fenômenos e aspecto do que aquela que se poderia obter diretamente. Nessa mesma linha, (GIL, 2002, p.45) tratam a pesquisa bibliográfica como sendo um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados e revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema, colocando o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado, propiciando-o o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

3.3 A PESQUISA

A pesquisa, portanto, é um procedimento formal, com métodos de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui como caminho para conhecer a realidade ou descobrir verdades parciais, define pesquisa como o procedimento racional e sistemático, determinar proporcionar respostas aos problemas que são propostos. Sendo assim, é desenvolvida mediante os conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. A investigação desenvolve-se por inúmeras fases que vão desde problema até a satisfação dos dados, pesquisar significa “querer saber, buscar avançar no conhecimento resultados sem cair na armadilha de oferecer resultados que já não permitam mais ser duvidosos, questionados ou precisamente pesquisados. Ensinar e pesquisar são verbos que indicam ações que se diferem distintamente, mas, que podem e devem estar interligadas, pois proporcionará ao aluno uma visão de mundo mais amplo e crítico” (FERNANDES, C. G, 2019).

Sabe-se que a pesquisa é um elemento considerado essencial para a formação e atuação docente. Esta é uma ideia que está presente na literatura e em textos oficiais importantes escritos por vários pensadores e defensores do tema, isso não quer dizer que deva haver formas iguais de pensar a pesquisa do professor; pelo contrário, abriga diferentes visões de docência, de pesquisa, do trabalho docente e da função social da escola. A formação de um professor pesquisador, vindo na carreira educacional a oportunidade de apropriação de um recurso que irá possibilitar que o educador possa questionar sua prática e o contexto no qual ele está inserido; portanto, a pesquisa representa “um recurso de desenvolvimento profissional” (TRINDADE, *et al.*, 2022).

3.4 A PESQUISA NA AÇÃO DOCENTE

A ideia da pesquisa como recurso didático está baseado em atitudes analíticas, reflexivas, questionadoras e problematizados. Antes da apresentação da pesquisa, como atividades escolares, existe a necessidade, apresentação prévia de como e quais são os passos que devem seguir. Atenção para duas premissas: primeiro o aluno temos compreende, não o fazem como se nada soubessem, eles partem de um conhecimento já adquirido para construção de novos. Segundo eles aprendem a lidar com situações problemas gerados pelo mediador que os coloca diante de novos

conhecimentos, ao aprender a aprender, eles passam a ser protagonistas e melhoram o rendimento (SARAIVA, *et al.*, 2022).

A presença de um orientador é essencial para ajudar no desenvolvimento de um pesquisador, pois ele norteia, questiona - elementos essenciais para o desenvolvimento da pesquisa, o educador norteia, orienta e direciona o processo do estudo. O princípio didático enfatiza o papel mediador do professor e auto atividades do aluno. As situações vividas e propostas desenvolvidas dentro do seu espaço escolar, proporcionam não só a aprendizagem, mas também o desenvolvimento da autonomia, onde tanto professor, quanto os alunos assumirão seus papéis de protagonistas (SEIBEL, L. F, 2022).

Ainda para SEIBEL, L. F, (2022) é necessário lembrar que o professor pesquisador deve fazer uso da teoria, pois é este conhecimento acumulado que o tornará hábil a questionar os dados, procurar entender e resolver os problemas, que caminham munido de conhecimento ele consegue manter um olhar crítico do seu objeto de estudo, e assim, poderá vê-lo por diferentes ângulos. Educar pela pesquisa torna-se mais coerente, pois esse recurso auxilia o aluno a reconstruir o conhecimento disponível, apropriando-se de vários conhecimentos que envolvem sua ação investigativa. O educador preparado, não perderá tempo e usará de atividades lúdicas para impulsionar ainda mais o questionamento reconstrutivo. Sugere ainda que o educador que não tenha vivenciado esta prática em sua vida escolar, pode começar a desenvolvê-la junto com seu alunado em um esquema onde serão parceiros no trabalho. O educador não pode abrir mão da formação constante, cabe que a busca por novos conhecimentos e práticas, contribui para o melhoramento da prática docente.

Educar pela pesquisa parece estranho, mas, se olharmos o processo poderemos observar seu dinamismo intrínseco, construtivo; sendo ele atuação efetiva pela aposta na inovação: busca a renovação e a qualidade metodológica da construção do conhecimento. Entre elas outras facetas são apresentadas:

a). O seu lado emancipador; que permite o aluno a possibilidade de continuar desenvolvendo de uma forma mais autônoma com olhares vigilantes não aceitando tudo que lhe é imposto.

b). Sua marca de atitude cotidiana; vai à busca de vitórias agindo no seu contexto.

c). Sua viabilidade em qualquer pessoa e em qualquer lugar, sem banalizar; torna-se autônomo com conhecimentos suficientes para opinar sobre assuntos sem ferir direitos e deveres.

d). Sua relação intrínseca com o conhecimento inovador; ou seja, o conhecimento que está ligado dentro de cada novo conhecimento (VIERIA, M. N. F, 2019).

Um lado da pesquisa, que mais se aproxima das áreas escolares, rompendo com o distanciamento que o princípio científico produz, assim, ao falar em educar pela pesquisa, fica mais lógico, pois este recurso auxilia o aluno, e/ou professor a construir o conhecimento já disponível, uma vez que você vai partir do que já existe. A pesquisa precisa ser vista como ponto de partida, pois o resultado da pesquisa nunca é o final, mais sim, um novo convite a novos questionamentos (DIOGO *et al.*, 2022).

As ações dos docentes socialmente legitimada é feita em espaços destinados especialmente para esses fins. Trata-se de espaços externos da escola, em tempos que divergem do efetivo trabalho do professor. Nessa mesma linha de pensamento, a formação dos professores é questionada e colocada em xeque sempre que surge um novo método ou uma nova política imposta pelo Estado.

A ideia de formação continuada reafirma a compreensão da “condição de inacabamento do ser humano, e da consciência desse inacabamento, presente no pensamento de FREIRE ” Nesse sentido a formação continuada representa um processo que favorece o sucessivo desenvolvimento profissional do professor em uma interligação entre sua formação inicial, correspondente as vivências de aprendizagem nas instituições formadoras e a continuada, que se configuram como decorrentes de um processo que se realiza durante o exercício da profissão.

Assim compreendida ressalta-se a necessidade de os professores conhecerem as concepções de formação que fundamentam as bases teóricas e conceituais dos programas dos quais participam e que influenciam a sua atuação em termos das escolhas dos referenciais que irão fundamentar as suas opções do que, como, quem ensinar. Devem conhecer também os dispositivos legais que dispõe sobre os princípios e concepções que devem nortear as propostas.

3.5 DELINEAMENTO DA PESQUISA

3.5.1 CONTEXTO DA PESQUISA

Este estudo trata-se de uma revisão integrativa. Portanto, elaborou-se a seguinte questão norteadora: Qual o impacto da formação continuada na prática docente de escola pública? A implementação deste estudo iniciou-se com a consulta aos descritores educacionais do Instituto de Pesquisas em Ciências da Educação (ERIC); e da Biblioteca Digital de Teses Digitalis (BDTD) estabelecida por meio do Portal Aberto do Livro da USP e do Google Acadêmico; para tanto, são utilizados os descritores controlados em português: Educação e Formação e Ciências e Métodos da Educação.

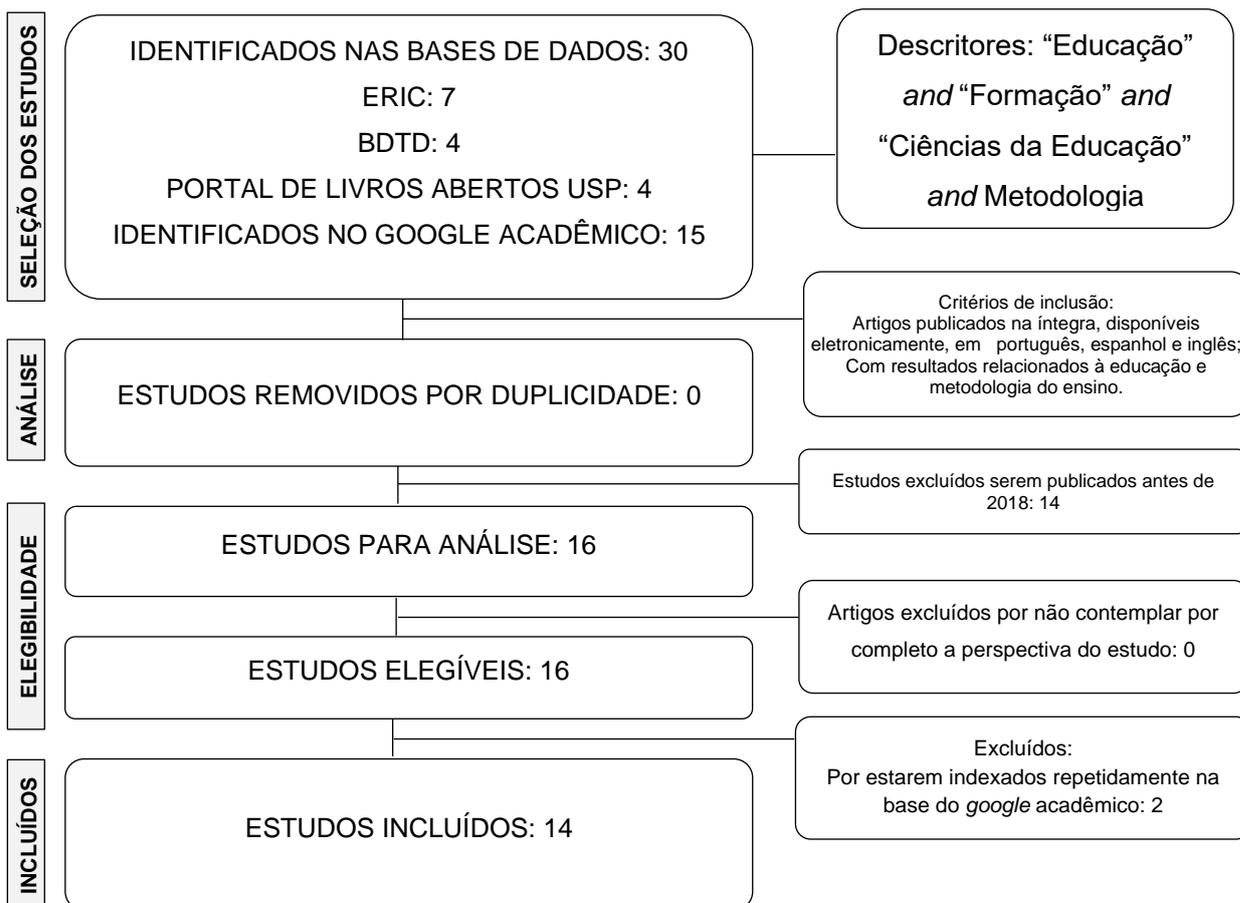
Foram definidos os seguintes critérios de inclusão: artigos publicados em texto completo em português, espanhol e inglês, disponíveis eletronicamente e cujos resultados abordem aspectos relacionados à educação e métodos de ensino. Foram excluídos, artigos que não contemplasse por completo a perspectiva do estudo. Foi selecionado artigos no período de abril de 2019 a 2023, o levantamento bibliográfico foi realizado em quatro bases de dados: Educação por meio do Institute of Education Sciencs (ERIC); e da Biblioteca Digital de Teses Digitalis (BDTD), pelo Portal de Livros Abertos da USP; e o Google Acadêmico. 14 artigos selecionados pelo ERIC, BDTD e pelo Portal de Livros Abertos da USP foram excluídos por serem publicados antes de 2018, e 2 foram excluídos por estarem indexados repetidamente na base do *Google Acadêmico*; resultando em 14 estudos para a amostra e consulta de 04 sites.

A coleta de dados foi feita em duas etapas. A primeira consistiu na busca avançada nas bases de dados, com detalhamento do quantitativo dos artigos: BDTs, 4; USP, 4; ERIC, 7; Google Acadêmico, 15; totalizando 30 estudos. Após a realização da seleção e identificação dos artigos que atenderam aos critérios de inclusão determinados, prévia leitura de todos os títulos, resumos, selecionou-se 16 publicações, sendo: ERIC, 2; Google Acadêmico, 14.

Na segunda etapa, procedeu-se à leitura na íntegra, sendo excluídos 02 artigos, por estarem indexados repetidamente em uma das bases. Logo os estudos duplicados foram computados uma única vez, resultando a amostra de 14 artigos. Após a releitura de cada um dos artigos, preencheu-se um instrumento com as

seguintes informações: título, autores, periódico, ano de publicação, objetivos, metodologia, resultados da pesquisa, destacando a colaboração da educação continuada o para professores do ensino regular, são apresentados em fluxograma, no Quadro 1.

Quadro 1: Fluxograma de seleção de artigos sobre a colaboração da educação continuada o para professores do ensino regular, segundo as bases de dados BDTS, USP, ERIC e GOOGLE ACADÊMICO.



Quadro 1: Distribuição das referências incluídas na revisão integrativa, segundo as bases de dados BDTS, USP, ERIC, em ordem de ano de publicação, 2023.

| TÍTULO | TIPO DE ESTUDO | OBJETIVO |
|---|----------------|---|
| Colaboração da educação continuada de professores do ensino regular: concepções e desafios na perspectiva dos docentes. | Qualitativo | Investigar a concepção e os desafios enfrentados pelos professores da Educação Básica na Região dos Inconfidentes, em Minas Gerais, em sua formação continuada, com foco na compreensão e nas |

| | | |
|--|-----------------------|--|
| | | implicações que a mesma pode trazer para a prática desses profissionais. |
| A profissionalização docente e os desafios na contemporaneidade. | Revisão integrativa | Estudar o processo de profissionalização docente e os impactos das políticas públicas contemporâneas nesse percurso formativo. |
| Concepções e modelos da formação continuada de professores: um estudo teórico. | Revisão bibliográfica | Analisar as concepções, modelos e dimensões da formação continuada de professores. |
| A formação continuada de professores da educação básica mediada pelas tecnologias da informação e comunicação. | Qualitativo | Analisar o impacto da formação continuada em tecnologias educacionais no cotidiano dos professores. |
| A formação continuada do docente e as dificuldades na prática pedagógica. | Observacional | Identificar dificuldades da prática pedagógica dos docentes no ambiente escolar. |
| Caminhos da formação docente no Brasil: aspectos históricos, legais e pedagógicos. | Revisão integrativa | Recorte histórico sobre a educação e formação de professores no Brasil desde o Brasil Colônia até a LDB de 1996, sintetizando as principais reformas e leis. |
| A formação continuada e os espaços-Tempo na educação Infantil: ensaios e experimentações. | Revisão integrativa | Analisar o curso de formação nesta temática, para professores, agentes, monitores e especialistas da Educação Infantil da Rede pública de Campinas-SP. |

| | | |
|---|-----------------------|--|
| Um retrato de aspectos históricos da formação de professores no Brasil. | Revisão integrativa | Partilhar um caminho possível para retratar a formação de professores no Brasil a partir da criação dos primeiros cursos de formação para esses profissionais em meados do século XIX. |
| O impacto da formação continuada na prática pedagógica. | Revisão integrativa | Analisar se a formação continuada pode contribuir para a melhoria da prática pedagógica dos(as) professores(as) do ensino fundamental (1º e 2º ano), em onze escolas municipais, na busca de um ensino aprendizagem eficaz no município. |
| A formação continuada para uma educação humanizada à: desafios e possibilidades na contemporaneidade. | Revisão integrativa | Refletir sobre os desafios e possibilidades de pensar e propor coletivamente a formação continuada para uma educação na perspectiva humanizada a. |
| Formação continuada de professores: uma análise epistemológica das concepções postas no plano nacional da educação (PNE 2014-2024) e na base nacional comum curricular (BNCC 2015). | Revisão bibliográfica | Analisar, a partir de uma perspectiva histórico-crítica e epistemológica, as concepções de formação continuada de professores, presentes no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e na Base Nacional Curricular Comum (BNCC). |
| A BNC-formação e a formação continuada de professores. | Qualitativo | Propor uma reflexão sobre a nova BNC-Formação e seus possíveis impactos na formação continuada de professores. Realizamos um |

| | | |
|--|-----------------------|--|
| | | estudo de natureza qualitativa e, por meio de uma pesquisa bibliográfica e análise documental, estruturamos a presente reflexão. |
| As TICs como instrumentos dinamizadores nos processos de ensino e aprendizagem. | Revisão bibliográfica | Refletir sobre a eficiência da tecnologia nos processos de ensino e aprendizagem na educação. |
| TICs e formação de professores: uma proposta de revisão bibliográfica dos anais dos EDEQs. | Quantiquantitativo | Analisar a abordagem das TICs no ensino de química voltado à formação de professores nos trabalhos publicados no evento Encontro de Debates Sobre o Ensino de Química (EDEQ), nos períodos de 2014 a 2017. |

Os artigos apresentados, são exemplos de utilização da temática de “formação continuada” em diferentes contextos, seja na atualidade, nas instituições e em diversas áreas da educação.

CAPÍTULO IV

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS: O QUE A PESQUISA NOS REVELA

4.1 ANÁLISE DOCUMENTAL

Os documentos analisados foram o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola e o Plano de Ação da coordenação pedagógica. O Projeto Político-Pedagógico da escola aborda os princípios norteadores da proposta pedagógica da instituição, tais como: a missão da escola, os objetivos e a metodologia e as formas de avaliação. Em seguida, procedeu-se ao estudo do Plano de Ação da coordenação pedagógica, com a determinação de identificar os objetivos e as ações a serem desenvolvidas pela coordenação pedagógica junto aos professores, no processo de formação continuada desses profissionais o Projeto Político Pedagógico de uma Escola nada mais é, do que o planejamento institucional que promoverá as ações e os objetivos que se pretendem alcançar (Nogueira, 2020).

4.2 O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola pesquisada constitui um documento norteador que estabelece os princípios teórico-metodológicos e os conhecimentos pedagógicos, apontando, assim, um rumo e uma direção a serem seguidos pelos atores da escola. A construção de projeto é uma prática social e coletiva, fruto da reflexão e da consciência de propósito e intencionalidades. Veiga (2004, p.78)

O PPP traz consigo a construção do conhecimento coletivo que é entendido como um processo de mudança e de antecipação do futuro, que estabelece princípios, diretrizes e propostas de ação para melhor organizar, sistematizar e significar as atividades desenvolvidas pela escola. Veiga (2004, p.12)

Sua dimensão política pedagógica pressupõe uma construção participativa que envolve ativamente os diversos segmentos escolares incluindo a educação inclusiva. O PPP é um instrumento que tende de ajudar a encarar os desafios do dia a dia da escola de uma forma sistematizada, consciente, científica e participativa. É o caminho

mais acertado para reelaborar a escola, dando sentido às intenções e objetivos. Deve conceber o compromisso de um grupo com um determinado caminho no cenário educacional, apresentando com nitidez sobre as forças e os limites dos seus integrantes (Nogueira, 2021).

O projeto pedagógico da escola está organizado em diversos tópicos que iniciam na identificação do estabelecimento, aspectos históricos, visão, missão, objetivos organização escolar e estrutura organizacional.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP), além de ser uma exigência legal, expressa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, permite a revelação da identidade da Instituição, de suas concepções e de seus sonhos. Além disso, define a natureza e o papel socioeducativo, cultural, político e ambiental da Escola, bem como sua organização e gestão curricular para subsidiar o seu Regimento Escolar e seu Plano de Gestão, se constituindo em um documento balizador das ações educativas. A importância do PPP da referida Unidade leva em conta a trajetória da sua comunidade escolar, a sua história e cultura, garantindo um percurso formativo de sucesso para os estudantes, e cumprindo o seu compromisso com a sociedade. Além disso, a construção do atual Projeto Político Pedagógico da Escola vem se efetivando desde 2003, em busca de uma educação de qualidade e levando-se em conta as características da comunidade. O qual o documento foi se concretizando contando com o envolvimento das famílias e da comunidade. (Nogueira, 2021).

O que importa salientar é que a construção do PPP, na perspectiva da gestão participativa, implica também essas formas de representatividade dos agentes educativos. O conselho, por exemplo, como espaço de discussões e conciliação e interesses, permitem que professores pais, alunos e funcionários explicitem suas ideias, necessidades e reivindicações, exercitando, assim, o pensamento autônomo próprio dos ambientes democráticos. A autonomia se constitui um princípio de gestão quando possibilita a participação de todos os sujeitos do processo educativo no planejamento das ações e dos projetos da escola, pois oportuniza a interação de toda a comunidade, escolar e local, como protagonista na tomada de decisões coletivas, desde a elaboração do projeto político-pedagógico até a execução e avaliação das propostas desse documento que é o Norte e, ao mesmo tempo, a identidade da escola (Costa, 2020).

VISÃO

A Visão tem por finalidade a formação integral do ser humano potencializando-o para o exercício consciente da cidadania, com base nos valores de: respeito, honestidade, afetividade, solidariedade e responsabilidade.

MISSÃO

Esta escola tem por missão:

✓ Assegurar um Ensino de qualidade promovendo a construção do conhecimento e o desenvolvimento de culturas e valores através das relações humanas. Os conteúdos são meios para o desenvolvimento de habilidades e competências relevantes à formação cidadã atuante em benefício de um mundo que respeite a vida em todas as suas dimensões;

✓ Garantir o acesso, o sucesso, o regresso e a permanência de todos os educandos, desenvolvendo a autoestima e um ensino contextualizado e significativo

4.3 ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

A estrutura de ensino está em conformidade com as Diretrizes Nacionais e Lei de Bases da Educação em vigor (LDB nº 9.394/96), que apresenta de forma contínua e clara o conceito abrangente de educação básica nas etapas do ensino fundamental, anos finais e ensino médio. Cada etapa tem funções sociais, finalidades educativas claras e trabalho docente político que se desenvolve com os alunos. Essas etapas se complementam e se integram, e têm como finalidade promover a formação do indivíduo, ou seja, no processo de aquisição gradual e abrangente de conhecimentos. A escola está organizada para atender às necessidades socioeducativas e de aprendizagem de seus alunos e determina a utilização de equipamentos, materiais didáticos e outros recursos disponíveis em um plano de manejo. A carga horária mínima nos ensinos fundamental e médio é de 800 horas (oitocentas horas) anuais, distribuídas em pelo menos 200 dias de trabalho escolar ativo, os dias letivos efetivos.

São considerados dias em que as atividades regulares em sala de aula ou outras instruções instrucionais são planejadas pela escola, orientadas pelos professores, e a frequência dos alunos é controlada. Para cumprimento da carga horária estipulada no Regulamento, o tempo destinado ao recreio é considerado

atividade escolar e é calculado de acordo com a carga horária diária da turma ou proporcionalmente ao horário letivo de cada disciplina (Santos, 2020).

A organização e o funcionamento da escola têm como base a democratização do saber e a formação cidadã. Na busca de alternativas para a realização desta intencionalidade é realizado um processo permanente de reflexão coletiva diante dos desafios apresentados, sendo construído ano a ano o Projeto político Pedagógico que retrata a identidade da Unidade Escolar. O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um instrumento teórico-metodológico que tem por finalidade subsidiar as ações, de forma sistematizada, pautado em princípios legais, filosóficos e pedagógicos (Santos, 2022).

Isso está elaborado no artigo 12, inciso I, da Lei de Diretrizes e Fundamentos da Educação Nacional nº 9.394/96, que dispõe: “As instituições de ensino, respeitadas as normas comuns e os padrões de seus sistemas educacionais, serão responsáveis por formulá-las e implementá-las, sugestões didáticas”. As Diretrizes Educacionais Nacionais e a Lei de Bases também determinam que a elaboração dos PPPs, deve ser coletiva, democrática e participativa, cujo artigo 13 determina que caberá aos professores: I - a participação na elaboração de propostas de ensino nas instituições de ensino; [...] e artigo 14.º. O sistema de ensino determinará os padrões para a gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas características e seguindo os seguintes princípios: I - a participação dos profissionais da educação na formulação dos programas de ensino nas escolas de educação básica; [...] a elaboração de programas políticos docentes também se justifica, pois a comunidade escolar precisa ser identificadas, principalmente as fragilidades e potencialidades da escola, de modo a definir ações e estratégias para a práxis educativa, refletindo a função social da escola pública, garantindo uma educação pública de qualidade e que contribua para a melhoria da escolarização da população atendida (Santos, 2022).

4.4 OBJETIVOS E METAS

A escola possui vários objetivos dentre eles: oferecer um ensino de qualidade onde o sucesso escolar e social do aluno seja o foco das expectativas do processo ensino-aprendizagem, além de criar oportunidades ao aluno através de metodologias que contemplem experiências e ações inovadoras, a preparação para o exercício

consciente da cidadania bem como a formação de atitudes e valores. A Escola tem, ainda, por objetivo:

- proporcionar a formação continuada de gestores, coordenadores e professores;
- implementar projetos educativos e sociais;
- buscar a participação e integração escola-família e comunidade, através de reuniões, palestras e eventos.
- estabelecer parcerias com redes de atendimento;
- otimizar e organizar o tempo e o espaço escolar, contemplando a integralização do ambiente enquanto espaço educativo;
- valorizar o ser humano: identificação e reconhecimento das aptidões de cada um desenvolvendo a autoestima e a importância para a equipe de cada membro;
- aperfeiçoar habilidades e competências tendo como estratégias os conteúdos, através de desafios contextualizados. É preciso valorizar a relevância de aprender;
- envolver a família e a sociedade no processo de formação e educação: além dos membros do Conselho de Escola, Grêmios e APM, temos Conselho Tutelar, Promotoria, Comércio local, Polícia Militar, Igrejas e faculdades como parceiros. O Ensino Fundamental Anos Finais com duração mínima de oito anos, tem por objetivos
 - formar para a Cidadania;
 - desenvolver a capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita, e do cálculo;
 - compreender o ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
 - desenvolver a capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimento e habilidades e a formação de atitudes e valores;
 - fortalecer os vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que assenta a vida social. O Ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, tem como objetivos:
 - Consolidar e aprimorar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
 - Preparar para o trabalho e a cidadania;
 - Aprimorar o educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

• compreender os fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. Em nossa escola temos como Princípios Educativos:

- A escola que aprende;
- O currículo como espaço de cultura;
- As competências como eixo de aprendizagem:
 - A prioridade da competência de leitura e escrita;
 - A articulação das competências para aprender;
 - A contextualização no mundo do trabalho;
 - Diversidade;
 - Inclusão;
 - Sustentabilidade;
 - Protagonismo Juvenil.

4.4 PRINCÍPIOS EDUCATIVOS

Os princípios educativos da Unidade Escolar têm como ponto de apoio e suporte os princípios e fins da educação nacional estabelecidos na Constituição Brasileira de 1988, que determina o Art.2. A educação como é o dever da família e do Estado e, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Desta forma, o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios artigo 3 da LDB.

- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.
- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.
- Respeito à liberdade e apreço à tolerância.
- Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino
- Gratuidade de ensino público em estabelecimentos oficiais.
- Valorização do profissional da educação escolar.
- Gestão democrática do ensino público, na forma da LDB e da legislação dos sistemas de ensino.

- Garantia de padrão de qualidade.
- Valorização da experiência extraescolar.
- Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Em relação às finalidades, a Escola toma por base aquelas definidas na LDB, onde estabelece que a educação básica tenha por finalidades desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Também merece atenção às incumbências dos estabelecimentos de ensino admitidas pela LDB, que também fazem parte das incumbências da Escola, que são:

- elaborar e executar sua Proposta Pedagógica, avaliando o desenvolvimento do PPP de forma contínua para atender as situações previstas, correção de desvios e ajustes das atividades propostas.

- administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros.
- assegurar o cumprimento dos dias letivos.
- velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente.
- prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento.
- articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.

- informar aos pais ou responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de seu Projeto Político Pedagógico, com o acompanhamento dos pais, na efetivação da aprendizagem;

- difundir as conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição;

- Melhorar a qualidade de ensino, contribuindo para o progresso intelectual e cultural dos educandos, para a formação de cidadãos críticos, capazes e preparados para participarem ativamente da sociedade em que vivem.

O PPP da escola pesquisa é o resultado de um processo coletivo de discussões, estudos, cooperação e reflexões que explicita a ousadia dos seus atores em construir a sua identidade, assumindo, assim, sua função social com objetivos claros quanto à organização do trabalho pedagógico, com base no seu cotidiano e no seu espaço-tempo, isto é o projeto deve ser aceito por todos os envolvidos, daí a importância de que seja elaborado participativo e democraticamente. Veiga (2004, p.110)

Dessa forma, por meio do PPP a escola passa a ter uma direção, um rumo para as ações da escola, com uma ação intencional construída coletivamente. Nas palavras de Veiga (2004, p. 13): “O projeto busca um rumo, uma direção.

É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente”. A sua construção resulta na união de crenças, concepções, conhecimentos que a comunidade da escola detém e compartilha a partir do contexto social e científico. Há necessidade de saber se a escola dispõe de alguma autonomia na determinação das finalidades e, conseqüentemente, seu desdobramento em seu objetivo específico, portanto, representa um “compromisso político e pedagógico coletivo” (VEIGA, 1998, p. 9),

Que necessita de uma concepção fundamentada na diversidade, contida nas relações existentes entre os participantes da vida escolar: professores, funcionários e representantes da comunidade local. Nesse sentido, o PPP é produto de um processo dinâmico, reflexivo e investigativo, pautado na ação coletiva e compartilhado pelos atores que atuam na escola Veiga (2004, p. 78)

Essa ação coletiva implica na definição de atitudes, valores e crenças que serão consolidados através de pressupostos teóricos e metodológicos relacionados ao papel da escola e à sua contribuição quanto às finalidades da educação, definidas no art. 2º da Lei 9394/96: “[...] o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. O sistema educativo brasileiro enfrenta uma preocupação constante quanto à necessidade de melhorar a qualidade educacional do país, em especial nas escolas públicas, para que todos aprendam mais e melhor. Essa preocupação corresponde à tríplice finalidade da educação em função da pessoa, da cidadania e do trabalho. As finalidades da escola referem-se aos efeitos intencionalmente pretendidos e almejado (Alves 1992, p.19)

A Lei nº 9394/96, no seu artigo 12, inciso I, prevê que: “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as dos sistemas de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”. É importante ressaltar que a necessidade do projeto pedagógico na escola antecede qualquer decisão política ou exigência legal, uma vez que construir a proposta pedagógica não se resume apenas à elaboração de um documento, mas há uma dimensão maior, que, de acordo com Bussmann (2004, p. 37), oportuniza a implantação de “um processo de ação-reflexão”, exigindo da comunidade escolar uma ação coletiva, que busca,

fundamentalmente, a qualidade educacional e a mudança no processo educativo da escola.

O PPP da instituição pesquisada não mencionou o processo de formação continuada de professores. (Veiga, p. 14) defendeu que a formação continuada de professores deve ser centralizada nas escolas e ministrada no âmbito dos PPPs. Os autores acrescentam ainda que as escolas têm a responsabilidade de:

- a) realizar um levantamento das necessidades de formação contínua dos seus profissionais;
- b) desenvolver um programa de formação com o envolvimento e apoio das agências centrais para fortalecer o seu papel na concepção, implementação e avaliação do programa” (2004, p. 20).

Nesse sentido, a formação continuada de professores e profissionais escolares deve basear-se no compromisso com a construção de PPPs, não apenas planos curriculares, mas além, por meio de debates que coloquem as escolas numa perspectiva macro, contextualizada, a partir de sua relação com a sociedade. Portanto, os professores devem conhecer o propósito da escola e a sua intencionalidade educativa seus interesses necessidades (LOPES, 2000 p.41)

4.5 PLANO DE AÇÃO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

O Plano de Ação da coordenação pedagógica é um instrumento norteador de suas práxis, prevê ações que organizam e estruturam o fazer pedagógico. De acordo com o Regimento Interno Unificado das Unidades Escolares Municipais de Barreiras, Bahia, de 26 de janeiro de 2009, em seu art. 85, inciso I, dentre as competências do coordenador pedagógico local, consta: “elaborar anualmente o plano de ação, discutindo-o com os professores e a direção da unidade escolar”.

Na escola pesquisa, o plano de ação da coordenação pedagógica foi elaborado conjuntamente. É importante destacar que o ato de planejar e construir coletivamente o documento revela a sintonia, a confiança mútua e o interesse desses profissionais em desenvolver ações pautadas em princípios dialógicos e participativos. O fato de a escola pesquisada ter quatro coordenadoras pedagógicas em seu quadro funcional favorece o desenvolvimento de um trabalho mais democrático e criativo.

O documento analisado é composto pelos seguintes elementos: apresentação, justificativa, objetivos gerais e específicos, cronograma, ações a serem desenvolvidas e avaliação.

Orsolon (2009, p. 20), ao abordar o planejamento das ações do coordenador pedagógico, escreve textualmente:

O coordenador, quando planeja suas ações, atribui um sentido a seu trabalho (dimensão ética) e destina-lhe uma finalidade (dimensão política) e, nesse processo de planejamento, explicita seus valores, organiza seus saberes para realizar suas intenções político-educacionais.

Com as mudanças ocorridas na sociedade e na organização da escola, o coordenador pedagógico tem desempenhado diversas funções, que o caracterizam como um profissional da educação, atuante no espaço escolar, principalmente na mediação dos processos de aprendizagem, na formação continuada do professor, no acompanhamento da prática docente, no assessoramento pedagógico à direção e, ainda, como um dos articuladores do trabalho coletivo na escola.

Para tanto, (Vasconcelos 1999, p.169) sugere que o coordenador pedagógico compreenda a realidade; tenha clareza quanto aos objetivos em relação à intencionalidade do trabalho a ser desenvolvido; estabeleça o plano de ação, a partir do real e daquilo que almeja; desenvolva suas ações com base no planejado e avalie constantemente a sua prática.

Baseado nessas sugestões, o coordenador pedagógico terá uma direção e um método que facilitarão o entendimento das demandas que surgem no contexto escolar e a integração de saberes teóricos e práticos, contribuindo, assim, para a construção de práticas educativas que considerem as exigências da sociedade contemporânea. Nessa perspectiva, o coordenador pedagógico, enquanto agente transformador, deverá desenvolver um trabalho de acompanhamento da ação docente, que oportunize a reflexão crítica de sua prática pedagógica, tornando-se um profissional reflexivo, pesquisador e aberto às mudanças necessárias à melhoria da sua atividade profissional.

Assim sendo, é fundamental que ele desenvolva ações que contribuam efetivamente para essa formação. Na justificativa do Plano de Ação da coordenação pedagógica (2010, p. 04), é expressa a intencionalidade de promover processos formativos, conforme transcrito a seguir:

O presente plano de ação foi construído com o objetivo de contribuir para amenizar as dificuldades de ensino-aprendizagem, diagnosticados nesta Instituição de ensino, dando ênfase à

qualificação da prática docente. Também com a finalidade de promover a formação continuada, preocupando com a ampliação de conhecimento para a prática docente [...]

A preocupação com a formação continuada é comprovada também nos objetivos específicos, tais como: “proporcionar reflexões sobre a prática docente; atuar na formação contínua dos professores; implantar um trabalho coletivo, coerente e articulado com a proposta pedagógica da escola”. Esses objetivos estabelecem a intenção da coordenação pedagógica de favorecer momentos propícios à reflexão sobre a prática do professor.

Para Libâneo et al. (2003, p.301-302) uma escola bem organizada e gerida é aquela que cria assegura condições organizacionais. Essa organização também favorece a tomada de consciência destes sobre as suas opções metodológicas e as dificuldades que permeiam a realidade escolar. O desenvolvimento desse trabalho é essencial, favorece o conhecimento da dinâmica escolar, e conseqüentemente, mobiliza os professores para a busca de caminhos adequados à solução de problemas e à implementação de práticas inovadoras.

Essas práticas são importantes para a consolidação de uma educação de qualidade, permitem aos professores o conhecimento das ações pedagógicas dos colegas, vivenciando momentos de diálogo e interação, fundamentais para o crescimento pessoal e profissional. De acordo com Garrido (2008, p. 9), essa é uma tarefa caracterizada como “formadora, articuladora e transformadora”, difícil de ser implementada por dois motivos: o primeiro está relacionado à inexistência de receitas prontas a serem seguidas e o segundo refere-se à complexidade inerente ao processo de mudanças a serem desencadeadas na prática pedagógica.

Numa sociedade pós-moderna, emerge a subjetividade dos processos sociais que envolvem e aproximam pelo diálogo, a incerteza, os valores e o pensamento complexo. Em decorrência, estas questões criam, no contexto pedagógico da escola, a necessidade de aprender continuamente – até mesmo como forma de assegurar a sobrevivência. Gadotti (2002, p. 27) declara que “o conhecimento se tornou peça chave para entender a própria evolução das estruturas sociais, políticas e econômicas de hoje”.

Diante deste contexto, torna-se importante que o professor tenha consciência de que seu papel de educador é contribuir para superar a visão fragilizada de educação contida no discurso da pós-modernidade. Câmara (2003) destaca a necessidade de os educadores promoverem uma reflexão crítica quanto às suas

concepções e conceitos, confrontando-os com as situações advindas da sociedade atual e desenvolvendo de modo qualificado “a abertura ao saber, a paixão pela verdade, o interesse pelo futuro do homem” (p. 6).

Para a autora, a formação do educador, tanto a inicial quanto a continuada, adquire grande significado, visto que “o domínio da informação, o domínio das técnicas e o sentido axiológico do processo educacional continuam vertentes válidas, adquirindo, no entanto, um novo sentido” (p. 11).

Assim, um dos grandes desafios da educação atualmente se refere a promover uma formação continuada do professor que integre os aspectos técnicos, informacionais e axiológicos, de forma que se criem processos formativos multidimensionais capazes de contribuir para a melhoria da qualidade de ensino (VIZOTTO, 2022).

Esse consenso está representado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/1996, quando destaca no seu art. 13 a importância da participação, da atuação e da colaboração dos professores para e pela melhoria da qualidade da educação:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II -elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; III- zelar pela aprendizagem dos alunos; IV- estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; VI colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade (BRASIL, 1996).

Sendo assim, a temática da formação continuada de professores vem mobilizando os profissionais da educação básica (diretores, coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais, etc.) na medida em que estes(as) compreendem que o desenvolvimento profissional dos(as) professores(as) não se localiza apenas na participação em cursos de natureza acadêmica, mas acontece, principalmente, no interior da escola, mediante as ações educacionais realizadas no dia-a-dia do trabalho pedagógico (DIOGO *et al.*, 2022).

Neste contexto, destacamos o papel do coordenador pedagógico como profissional que tem, entre outras atribuições, a tarefa de promover ações voltadas para aprendizagens tanto na teoria quanto na prática e nos diferentes contextos sociais, políticos e culturais.

Para tanto, foi necessário interpretar o valor pedagógico atribuído à pesquisa pelos docentes, que de acordo com os resultados analisados, o grau de importância dada a essa postura é totalmente satisfatória. O que possibilita crescimento pessoal e institucional. Pois à medida que o profissional tem essa consciência e insere novos saberes na sua prática, todo o processo de ensino aprendizagem é melhorado de forma significativa. Mas em contrapartida, enfatiza-se que a teoria deve estar totalmente entrelaçada com a prática, o que evidencia que é indispensável a implementação desses conhecimentos adquiridos nas formações, dentro do contexto escolar, só assim a educação será de fato significativa, pois a teoria sem prática, torna-se nula Silva, (2022)

A pesquisa e a formação continuada precisam andar juntas na jornada efetiva do docente, pois somente assim o seu trabalho será realmente significativo, tanto para o educador quanto para o educando.

Segundo Ferreira (2006, p. 19-20): A “formação continuada” é uma realidade no panorama educacional brasileiro e mundial, não só como uma exigência que se faz devido aos avanços da ciência e da tecnologia que se processaram nas últimas décadas, mas como uma nova categoria que passou a existir no “mercado” da formação contínua e que, por isso, necessita ser repensada cotidianamente no sentido de melhor atender a legítima e digna formação humana.

O conhecimento não é algo estático, o mesmo está sempre em transformação e nas últimas décadas esse processo tem ocorrido de maneira ainda mais acelerada e tudo o que envolve o saber é influenciado por essas mudanças. Na área da educação não é diferente, como se pode constatar.

Veiga (1993, p.13) em sua dimensão pedagógica, define que o coordenador pedagógico enfrenta diversos obstáculos para realizar sua atividade, tendo o seu trabalho prejudicado em virtude das urgências e necessidades do cotidiano escolar. Esses aspectos são confirmados nos relatos das coordenadoras pedagógicas participantes da pesquisa, afirmam que as emergências interferem diretamente na dinâmica dos trabalhos realizados pela coordenação pedagógica.

Dessa forma, a formação continuada, atividade de extrema importância, é comprometida pelas rotinas e emergências que intervêm nas ações do cotidiano. As atividades desenvolvidas pela coordenação pedagógica são relevantes para que na escola os professores tenham a garantia de um espaço coletivo para produzirem propostas que correspondam aos seus anseios e desafios que surgem no cotidiano

escolar, bem como, a construção de sua identidade profissional. Nesse sentido, a análise dos dados evidenciou que a coordenação pedagógica contribui significativamente para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e pelos processos formativos na escola pesquisada. Além disso, possibilitou uma melhor compreensão quanto ao objeto de estudo e a realidade pesquisada (Veiga, 1995, p.12).

A escola representa um lugar em constante movimentação e transformação, em que os atores sociais envolvidos no processo educativo são agentes da dinâmica social que ocorre no interior do espaço escolar, em um processo de saberes. Considerando isso é necessário que os mesmos envolvidos procurem buscar alternativas que venham a mudar o processo educacional (Vasconcellos 1999, p.169).

Através do estudo das disciplinas formação e profissionalização docente e Teorias cognitivas da aprendizagem contribuíram ainda mais, para a profissionalização docente, visto que o docente precisa estar constantemente se atualizando, procurando melhorar sua prática. E através da leitura dos livros e as aulas dessas disciplinas que o docente vai adquirindo mais conhecimento (Vasconcellos 1999, p.172).

O processo de formação continuada, trata-se efetivamente de um processo contínuo que toma como partida o saber experiencial dos professores, os problemas e desafios da prática escolar. Nesse contexto a prática pedagógica estará sempre nesse processo contínuo em busca da construção do saber, o que significa a constituição de uma conduta de vida profissional. Tal conduta era conduzir o processo educativo dos níveis da prática reflexiva e da ciência aplicada (Veiga, 1995 p.25).

A importância dessa mudança na prática pedagógica implica a releitura da função do professor como profissional reflexivo e da escola como organização promotora do desenvolvimento do processo educativo (Veiga, 1995 p.24).

A valorização e melhor remuneração que o profissional docente almeja em boa parte de sua formação e atuação inicial como ainda de sua formação continuada além de boas condições de trabalho, salário e carreira (Veiga, 1995 p.31).

Munido desses elementos o ambiente dentro e fora da sala de aula dará bons frutos. Essa caminhada em busca de renovação de conhecimento o implicou e se processa durante toda a vida profissional. Esse processo partiu de pressupostos de que o ensino de um nível estreita correlação com outros níveis que complete o outro (Veiga, 1995 p.25).

4.6 EDUCAÇÃO PERMANENTE

A Educação permanente, na perspectiva freireana, constitui-se como princípio e prática da formação capaz de desvelar as ideologias, porque é problematizada a crítica e busca continuamente uma ação transformadora da realidade. Esse entendimento leva a questionar a afirmação de que o professor está formado apenas com a conclusão de um curso superior e indica que ele se encontra em constante processo, de formação com possibilidade de construir conhecimentos, refletir sobre a prática, trocar experiências com os pares. Sendo o professor um ser incluso, não sabe tudo, mas também não ignora tudo, por essa razão pode aprender ensinar com outros (Soares, 2020).

Na perspectiva de Freire, a Educação permanente é mais do que apenas buscar qualificação para exercer a docência por meio da certificação docente. Visa não só a renovação científica, pedagógica e didática, mas sobretudo uma formação de longa duração que considere os professores como sujeitos do processo, proporcionando condições favoráveis à reflexão crítica sobre as suas práticas, incertezas e curiosidades, e a possibilidade de leitura do contexto no qual foi inserido na busca pela superação de condições opressivas.

A formação permanente tem por fundamento entender e reconhecer o inacabamento e a incompletude dos seres humanos, que os impulsiona à busca do “Ser Mais”. O processo de formação de professores é constante, não se encerra com a conclusão do curso de graduação ou em qualquer outro determinado período de tempo. A categoria “escuta” é um dos saberes fundamentais e necessários à prática educativa proposta por Freire na Pedagogia da autonomia. O educador (a) que escuta aprende e transforma o seu discurso dirigido ao (a) educando (a), ao falar com ele (a). Escutar vai mais além da possibilidade auditiva de cada um. Escuta significa “[...] a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro (Soares, 2020).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Percebe-se que a educação também passou a ser centrada no trabalho, tornando-se um sistema de produção e reprodução de conhecimento, buscando modelos de competências técnicas, cada vez mais especializadas, visando atender aos desafios do desenvolvimento de novas tecnologias no espaço produtivo. Neste contexto, o mercado de trabalho procura profissionais criativos e competentes, levando as universidades a buscarem novas competências nos professores, transformando assim novos conhecimentos para desenvolver competências. Este desenvolvimento implica uma mudança profunda na relação professor-aluno, expressando reflexão crítica, curiosidade e criatividade com base na realidade do aluno, cabendo ao professor articular métodos de ensino que caracterizem as diversas atividades que estimulam a criatividade (Silva, O., Costa., 2023).

Ainda para Silva, O., Costa, (2023) O reconhecimento de competência envolve não apenas a identificação de situações a serem controladas, problemas a serem resolvidos, decisões a serem tomadas, mas também a interpretação de conhecimentos, habilidades, padrões de pensamento e princípios éticos necessários. A competência é definida como a capacidade de mobilizar múltiplos recursos cognitivos de forma correta, rápida, relevante e criativa quando confrontados com situações familiares: conhecimentos, habilidades, micro habilidades, informações, valores, atitudes, esquemas perceptivos, avaliações e raciocínio.

Nenhum destes recursos provém de formação inicial ou mesmo de formação contínua. Algumas delas são estabelecidas pela prática, pela experiência, pela acumulação ou pela formação de novos cursos de ação que são enriquecidos ou modificados. Indiscutivelmente, estas são habilidades gerais que devem ser distinguidas das verdadeiras habilidades. Você não pode reservar habilidades para a vida cotidiana, nem pode reservar habilidades para tarefas nobres. É claro que o uso nos habituou a falar de competências para designar competências específicas, enquanto o conceito de capacidade parece ser mais amplo e mais “intelectual”. Na verdade, refere-se ao domínio real de determinadas tarefas e situações. Portanto, podemos dizer que as competências são um horizonte, principalmente para quem se orienta para carreiras em ciência e tecnologia, utiliza línguas na profissão ou realiza pesquisas (Alves *et al.*, 2022).

Ainda para Alves et al., (2022) o conceito da competência vem sendo enfaticamente empregado no intuito de associar o conhecimento teórico à prática, tendo como centro, o indivíduo capaz de tal realização. É importante destacar que a noção de competências técnicas (que permitem interpretar os processos físicos e organizacionais), competências subjetivas (que permitem interpretar as relações pessoais e interpessoais) e as competências sociais (que permitem interpretar o que ocorre no mercado, no espaço público) especificamente no ambiente da educação, competência docente é referida como sendo uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles possibilitando que o professor ponha em ação e em sinergia, vários recursos cognitivos complementares.

Atualmente o processo ensino-aprendizagem tem sido modernizado e facilitado através das tecnologias. Desse modo, os profissionais devem fazer uso de recursos da Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC) de forma a aumentar as possibilidades de transformação da realidade. Há que se pontuar que as TIC foram aderidas ao cotidiano da população, como parte integrante de suas necessidades básicas para educação. Dessa forma, tem-se que a disseminação de informações pelas TICs está revolucionando o desenvolvimento científico, individual e coletivo; permitindo, assim, novos modelos de trabalho, inclusive quando se refere à educação profissional e a educação permanente (Silva, O., Costa., 2023).

De um modo geral, tecnologia refere-se a uma técnica, artefato ou alternativa desenvolvida pelo homem, para facilitar a realização de um trabalho ou criação. Os educadores devem compreender as tecnologias como meios facilitadores dos processos de construção do conhecimento, numa perspectiva criativa, transformadora e crítica. Tecnologias são saberes imprescindíveis para o desenvolvimento do trabalho em saúde. Na prática educativa, a tecnologia deve ser utilizada de modo a favorecer a participação dos sujeitos no processo educativo, contribuindo para a construção da cidadania e o aumento da autonomia dos envolvidos (Alves et al., 2022).

CONCLUSÃO

Objetivo geral da apresentação deste estudo é compreender o valor docente da pesquisa e da formação continuada para professores do ensino regular de escolas

públicas, a fim de qualificar suas práticas docentes. Refletindo no estudo da literatura, reconheceu-se na construção deste trabalho que para melhorar a realidade escolar é necessário investir na valorização dos professores proporcionando melhores condições de trabalho e salvando o profissionalismo dos professores.

A questão central é: Qual o impacto da formação continuada na prática docente nas escolas públicas? Reconhecer o impacto da investigação no trabalho pedagógico dos professores, reconhecendo a relevância, mas a relação destes processos com trabalho em sala de aula e a produção de conhecimento de forma significativa, com base em dados recolhidos através de investigação abrangente. A teoria e a prática aos olhos dos professores são diferentes daquelas da sala de aula nem é a realidade do seu trabalho, uma vez que não conseguem refletir sobre a sua prática. A falta dessa reflexão sugere que a formação contínua nas escolas não é capaz de facilitar mudanças significativas no trabalho dos professores.

De acordo com o primeiro objetivo específico, interpretar o valor pedagógico atribuído à pesquisa, para qualificar sua prática pedagógica, ficou claro que os educadores entendem o valor da pesquisa para melhorar e fortalecer a sua prática, o que acaba favorecendo o processo de ensino aprendizagem, melhorando sim o tempo do aluno em sala de aula. O educador preparado desenvolve sua prática com mais facilidade e segurança. Entende-se que a pesquisa e a formação continuada devem estabelecer relação de crescimento tanto com o educador e conseqüentemente com a escola onde ocorre a sua atuação e que deve ser utilizada como instrumento de transformação da realidade do educando, e não apenas como instrumento de reprodução, o que infelizmente ocorre atualmente em muitas escolas.

No segundo objetivo específico, que é analisar o impacto da formação continuada e melhorar a qualidade de ensino. E aprofundar os conhecimentos com base na formação, de acordo com os dados coletados na pesquisa, o professor precisa entender que é necessário estar em constante busca por novos conhecimentos, o que pode ser facilmente encontrado nas formações continuadas.

No terceiro objetivo específico, realizar reflexão da formação continuada docente no Brasil, considerando o valor pedagógico e a formação continuada atribuída. Diante da pesquisa e do material utilizado como referencial teórico, percebe-se que a qualidade encontrada na prática pedagógica é atribuída ao bom uso da pesquisa e das formações continuadas. Tendo em vista que ambas precisam estar ligadas e entrelaçadas, dessa forma a qualidade é assegurada.

É importante refletir sobre a prática pedagógica e principalmente analisar as possibilidades de transformar em práxis, quando existe a junção entre a teoria e a prática. A teoria jamais pode ser desvincilhada da prática e vice-versa. No entanto, para que andem juntas é necessário manter a formação continuada, manter a pesquisa sempre próxima e alinhada.

Sabemos que a educação no Brasil precisa melhorar significativamente e, para atingir esses objetivos, um dos aspectos fundamentais é investir na formação continuada dos professores, oferecendo cursos de atualização que permitirão aos professores transformar sua prática docente. Não é por acaso que este tema se consolidou na literatura e gerou debate em ambientes educacionais em todo o país.

A formação continuada deve ser vista como uma ferramenta para ajudar os educadores a encontrar novos conhecimentos teóricos e metodológicos para o desenvolvimento profissional e a transformação da prática docente no processo de ensino dos alunos.

A ausência desta reflexão mostra que a formação continuada na escola, não consegue fomentar mudanças significativas no trabalho de seus professores.

Com relação ao primeiro objetivo específico, interpretar o valor pedagógico atribuído à pesquisa, para qualificar sua prática pedagógica, ficou claro que os educadores entendem o valor da pesquisa para melhorar e fortalecer a sua prática, o que acaba favorecendo o processo de ensino aprendizagem, melhorando sim o tempo do aluno em sala de aula. O educador preparado desenvolve sua prática com mais facilidade e segurança. Entende-se que a pesquisa e a formação continuada devem estabelecer relação de crescimento tanto com o educador e conseqüentemente com a escola onde ocorre a sua atuação e que deve ser utilizada como instrumento de transformação da realidade do educando, e não apenas como instrumento de reprodução, o que infelizmente ocorre atualmente em muitas escolas.

No segundo objetivo específico, que é descrever o valor pedagógico atribuído à formação continuada pelos docentes, para qualificar sua prática pedagógica. O docente não pode manter-se numa prática única, imutável, mas precisa de constante modificação da rotina, metodologia e prática. Para tanto, de acordo com os dados coletados na pesquisa de campo, o professor já entendeu que precisa estar em constante busca por novos conhecimentos, o que pode ser facilmente encontrado nas formações continuadas.

No terceiro objetivo específico, que visa realizar reflexões na formação continuada dos docentes no Brasil, considerando o valor pedagógico e a formação continuada atribuída. Diante da pesquisa e do material utilizado como referencial teórico, percebe-se que a qualidade encontrada na prática pedagógica é atribuída ao bom uso da pesquisa e das formações continuadas. Tendo em vista que ambas precisam estar ligadas e entrelaçadas, dessa forma a qualidade é assegurada.

É importante refletir sobre a prática pedagógica e principalmente analisar as possibilidades de transformar em práxis, quando existe a junção entre a teoria e a prática. A teoria jamais pode ser desvinculada da prática e vice-versa. No entanto, para que andem juntas é necessário manter a formação continuada, manter a pesquisa sempre próxima, alinhada a caminhada profissional.

Para tanto, foi necessário interpretar o valor pedagógico atribuído à pesquisa pelos docentes, que de acordo com os resultados analisados, o grau de importância dada a essa postura é totalmente satisfatória. O que possibilita crescimento pessoal e institucional. Pois à medida que o profissional tem essa consciência e insere novos saberes na sua prática, todo o processo de ensino aprendizagem é melhorado de forma significativa. Mas em contrapartida, enfatiza-se que a teoria deve estar totalmente entrelaçada com a prática, o que evidencia que é indispensável a implementação desses conhecimentos adquiridos nas formações, dentro do contexto escolar, só assim a educação será de fato significativa, pois a teoria sem prática, torna-se nula.

De acordo com a pesquisa de campo, existe interesse por parte dos educadores em melhorar a prática metodológica, pois atribuíram valor significativo à formação continuada no que diz respeito ao pedagógico, de forma que possa melhorar a qualidade da prática em sala de aula.

Nesse contexto é interessante ressaltar que quando se realiza uma reflexão sobre a formação docente e sua história, percebe-se os percalços ao longo da trajetória e lhe é atribuído valor diferenciado.

Ao longo da pesquisa foi possível descrever o processo histórico da formação docente no Brasil até a atualidade e a importância da pesquisa para a formação e ação docente. Assim como apresentar conceitos e definições sobre o termo pesquisa, descrevendo pesquisas teóricas e na sequência abordar sobre a sua importância para a formação e a ação docente; pertinente entender os termos que fazem parte do cotidiano, no entanto, ainda desconhecidos na sua íntegra.

Esse entendimento oferece novo sentido às ações diárias. Modifica o entorno e rompe barreiras. Aprende-se muito mais, ampliam-se horizontes e suscita novos saberes.

Foi exposto também sobre o significado de formação continuada e discutido sobre questões e dilemas atuais que envolvem o tema. Temática que tem sido muito debatida, mas que ainda não se alcançou o esperado quando se pensa em intencionalidade e efetivação de ações eficazes.

Quanto a pesquisa ficou claro que os professores são conscientes do processo, bem como, atentos para o ato de continuar a estudar como fundamento primordial para melhoria da sua prática. Que ainda possuem muitas dúvidas e que as políticas públicas ainda precisam melhorar bastante no sentido de melhorar e organizar a oferta de formações.

A pesquisa e a formação continuada precisam andar juntas na jornada efetiva do docente, pois somente assim o seu trabalho será realmente significativo, tanto para o educador quanto para o educando.

A formação continuada do professor, assim concebida, deve considerar docentes e coordenadores pedagógicos como produtores e transformadores do conhecimento, com olhares e experiências diferenciadas que levam a processos auto formadores capazes de modificar o ser e o fazer, por meio da construção da identidade pessoal e profissional. Nessa ótica, a formação continuada se processa como algo dinâmico, numa dimensão coletiva, articuladora e integradora do trabalho docente que considera as emergências e as situações reais enfrentadas pelos professores e coordenadores pedagógicos frente à complexidade existente na sociedade contemporânea, nas relações que permeiam o contexto escolar e o processo de ensino e aprendizagem.

Quando os professores têm consciência do seu papel e assumem a responsabilidade pela formação e pelo desenvolvimento profissional, apesar das dificuldades que enfrentam, têm o poder de facilitar mudanças na prática docente que podem impactar a aprendizagem dos alunos e, assim, alterar a forma como os alunos aprendem. Fornecer-lhes os subsídios de que necessitam para se tornarem cidadãos críticos e contribuir para uma sociedade mais civilizada.

Quando iniciamos esta pesquisa, já estava claro para nós que as discussões sobre a formação continuada de professores nos espaços escolares eram cruciais para compreender se a forma como ela era conduzida reproduzia interesses

hegemônicos ou se buscava apoiar práticas mais democráticas no sentido de proporcionar aos professores recebem oportunidades para reconhecer a necessidade de uma prática crítica de ensino, para que não se torne uma ferramenta de reprodução. Durante a construção deste trabalho, podem ser feitas uma série de reflexões cruciais para o desenvolvimento do estudo que se finaliza, a partir de uma perspectiva histórica crítica que se dedica a compreender as questões educacionais como fundamentadas em desenvolvimentos históricos objetivos. Nessa perspectiva, exploramos a compreensão da formação continuada de professores.

Alguns estudiosos associam a melhoria da qualidade da educação à melhoria da formação inicial e contínua de professores, argumentando que o cerne do comportamento educativo se baseia na relação professor-aluno. Não há dúvida de que os professores desempenham um papel fundamental na educação escolar, mas há outros fatores igualmente importantes, como o comportamento dos administradores escolares, a forma como a escola organiza o seu trabalho, os recursos físicos e materiais disponíveis, a participação dos estudantes, etc. pais, política educacional. Portanto, entendemos que a relevância do trabalho de pesquisa em educação adicional pode ajudar a superar as visões do senso comum. Portanto, entendemos também que é impossível falar em formação continuada de professores sem levar em conta a sua experiência e conscientizá-los sobre as realidades e elementos de trazer sua prática e conhecimento para o espaço de formação.

O propósito de investigar esse tema atual, à luz dos rumos da política pública de educação, abre ricas possibilidades de pesquisa e análise, como fenômeno que questiona as práticas docentes na perspectiva da análise política, organizacional e pedagógica. Nesse sentido, é de extrema importância que a formação continuada de professores seja pautada numa perspectiva crítica, transformadora e emancipatória, que oportunize discussões pedagógicas consubstanciadas no conhecimento científico que possam levar à abertura de caminhos para a compreensão da necessidade docente, estreitando o âmbito da conversa com vista a alcançar uma educação de qualidade.

RECOMENDAÇÕES

De acordo com os apontamentos fornecidos pela pesquisa, a pesquisadora permite-se apresentar as seguintes recomendações às autoridades estaduais, municipais, institucionais, professores e pais de família.

Para obter melhores resultados, as autoridades estaduais devem organizar as formações ao longo do ano de forma a contemplar os educadores das comunidades mais remotas, com atividades presenciais e mais organização.

Quanto às autoridades municipais, que haja mais formações, principalmente voltadas para a realidade do educador. O que ainda falta é fazer a ligação com a realidade direta do professor que tem se tornado cada dia mais pesquisador.

Aos professores que façam mais reivindicação quanto a aplicação das formações continuadas e busquem desenvolver o hábito da pesquisa, de forma a suscitar nos colegas o mesmo anseio.

A família, que observe melhor os filhos, incentive-os a pesquisar dentro de suas residências, objetivando facilitar a assimilação dos conteúdos que são ministrados na escola.

Com relação a formação continuada, é clara a necessidade de sua aplicação, continua. É interessante que se observe as leis que favorecem esse processo. As políticas públicas que foram criadas, visando favorecer a formação continuada, devem ser atendidas.

Que o poder público vise todas as possibilidades e práticas de formação continuada, ainda não exploradas, visando atender aos anseios dos professores.

As formações continuadas precisam de valor específico atribuído em instâncias superiores, para que possa chegar até a escola como orientação direcionada, de forma que esteja presente no Projeto Político Pedagógico da escola.

REFERÊNCIAS

- Aguiar, D. C. **Integração de tecnologias educacionais em rede pelos estudantes-estagiários do curso de formação de professores para a educação profissional: portais e recursos educacionais digitais.** Santa Maria – RS. 2019. <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/19805>
- Alves, et al. **TICs e formação de professores: uma proposta de revisão bibliográfica dos anais dos EDEQs.** Revista Insignare Scientia-RIS, v. 5, n. 2, p. 357-374, 2022.
- Amador, J.T. **Concepções e modelos da formação continuada de professores: um estudo teórico.** *Revista Humanidades e Inovação* v.6, n. 2 – 2019.
- Araújo, et al. **A formação continuada de professores da educação básica: concepções e desafios na perspectiva dos docentes.** *Revista @mbienteeducação.* São Paulo: Universidade Cidade de São Paulo, v. 12, n. 3, p. 17-38 set/dez 2019
- Abreu, R. M. A. **A profissionalização docente e os desafios na contemporaneidade.** Especialização em Metodologia do Ensino Superior Centro de Estudos de Pós-Graduação Olga Mettig. Universidade Metodista de São Paulo. 2020.
- Barbosa, J. R. A; Silva, S. R. A. **Políticas de formação de professores para a educação profissional: trajetórias e desafios.** Braz. J. of Develop, Curitiba, v. 5, n.10, p. 17580-17593, oct. 2019. <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/3581/3387>
- Benedet, et al. **A formação continuada de professores da educação básica mediada pelas tecnologias da informação e comunicação.** Criar Educação, Criciúma, v. 8, nº1, jan/jul 2019.– PPGE – UNESC. <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/criaredu/article/download/4609/4562/13594>
- Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.
- Bussmann, Antonia Carvalho. **O projeto político pedagógico e gestão da escola.** In: VEIGA, Ilma Castro Alencastro.(Org.). Projeto político Pedagógico: Uma construção possível 17. ed. Campinas, SP. Papiros, 2004. p. 37-52.]
- Costa, J. G. **A formação continuada do docente e as dificuldades na prática pedagógica.** *PSICOLOGIA & SABERES* ISSN 2316-1124 V.8,N.10. Universidad Tecnológica Intercontinental -UTIC, 2019. <https://revistas.cesmac.edu.br/psicologia/article/view/935/748>

- Costa, et al. **Caminhos da formação docente no Brasil: aspectos históricos, legais e pedagógicos**. *Ensino em Perspectivas*, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 1-16, 2020. <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/download/4575/5138/24429>.
- Câmara, Jacira da Silva. **A dinâmica social e busca de novos rumos para a educação**. In: **Ícone**. Mato Grosso do Sul, v. 10, n. 1 e 2, p. 1-15. 2023.
- Cruz, A. O; Wolkartt, T. **O uso das tecnologias da informação e comunicação como integrante dos processos educacionais na educação profissional e tecnológica**. São José dos Pinhais/PR, 2023. <https://sevenpublicacoes.com.br/index.php/editora/article/view/2458/3602>
- Cunha et al. **Formação continuada de docentes na Educação Básica: uma revisão Sistemática**. 2022. <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/29383/25635>
- Da Silva Oliveira, Izomar; DA COSTA, Jonas Bezerra. **As tics como instrumentos dinamizadores nos processos de ensino e aprendizagem**. *Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem*, v. 5, p. 269-282, 2023.
- Diogo, et al. **A pós-graduação Stricto Sensu como um espaço de formação continuada e de desenvolvimento profissional de professores**. 2022.
- Ferreira, Naura Syria Carapeto (org). **Formação continuada e Gestão da educação**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- Fernandes, R. S.; Silva, A. D. **A formação continuada e os espaços-tempo na educação infantil: ensaios e experimentações**. *Práxis Educacional*, v. 15, n. 32, p. 316-336, maio 2019. <https://doi.org/10.22481/praxis.v15i32.5057>.
- Fonseca, F. M. A. **A formação contínua de professores e o desenvolvimento profissional: o papel das lideranças de topo**. Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação. Porto, março de 2021. <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/34516/1/202750736.pdf>
- Ferreira, D. J. **Profissionalização do Magistério e Universidade: contributos da formação continuada?** Anais do XIV Endipe. CD-ROM, 2008.
- Gatti, B. A. **Formação continuada de professores: a questão psicossocial**. *Cadernos de Pesquisa*, n. 119, jul. 2012. <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n119/n119a10.pdf>
- Jardilino, J. R. L; Sampaio, A. M. M. **Desenvolvimento profissional docente: Reflexões sobre política pública de formação de professores**. *Educação & formação*, v. 4, n. 10, p. 180-194, 2019.
- Jusbrasil. **Artigo 61 da Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996**. <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1879078200/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-nacional-de-1996-lei-9394-96#art-61>

- Júnior, J. M. O; Sampaio, L. S. **Desafios e problemáticas da profissão docente no século xxi: formação inicial, precarização do trabalho docente e adoecimento do professorado.** Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Brasil. 2019. <http://anais.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/8725/8376> .
- Loureiro, et al. **Concepções docentes sobre o uso das tecnologias na educação.** V. 17 Nº 3, 2019. CINTED-UFRGS *Revista Novas Tecnologias na Educação.* <https://seer.ufrgs.br/renote/article/view/99530>
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1996. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.
- Libâneo, J. C. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- Pellenz, Marlon Junior. **Políticas de formação continuada de professores do município de Igrejinha/RS: desafios e possibilidades na busca de qualidade no processo de ensino aprendizagem.** 2022.
- Melo, D. K. F; Silva, A. S. **Formação de professores: uma proposta de pesquisa a partir da reflexão sobre o uso das tecnologias educacionais nas práticas pedagógicas.** *REVISTA EDUCAÇÃO & ENSINO*, Fortaleza, v. 4, n. 2, jul./dez. 2020. <https://periodicos.uniateneu.edu.br/index.php/revista-educacao-e-ensino/article/view/67/56>
- Magalhães, Solange Martins Oliveira. **Formação continuada de professores: uma análise epistemológica das concepções postas no plano nacional da educação (pne 2014-2024) e na base nacional comum curricular (bncc 2015).** *Revista Linhas, Florianópolis*, v. 20, n. 43, mai./ ago. 2019, p. 184-204. <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723820432019184>.
- Marcomini, Inês Aparecida Bolandin. **A profissionalidade dos professores coordenadores dos anos iniciais no ensino fundamental da rede pública estadual de Ribeirão Preto.** 2020. *Dissertação (Mestrado em Educação)* - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2021.
- Nóvoa, A. **Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola.** *EDUCAÇÃO & REALIDADE*, 44(3), 1-15. (2019) <https://www.scielo.br/j/edreal/a/DfM3JL685vPJryp4BSqyPZt/#>
- Nóvoa, A. **Entre a formação e a profissão: ensaio sobre o modo como nos tornamos professores.** *Currículo sem Fronteiras*, v.19, n.1, jan./abr. 2019, 198- 208. <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol19iss1articles/novoa.pdf>
- Nascimento, et al. **Políticas públicas educacionais: educação básica e de qualidade.** *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação.* São Paulo, v.9.n.07. jul. 2023. <https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/10577/4374>

- Nogueira, A. L; Borges, M. C. **A bnc-formação e a formação continuada de professores.** Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia –MG –Brasil, 2021. Programa de Pós-graduação em Educação (UFU/PPGED). <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/13875/10353>
- Oliveira, V. de. **Um retrato de aspectos históricos da formação de professores no Brasil.** *EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação*, [S. l.], v. 7, n. 17, p. 1486–1509, 2020. DOI: 10.26568/2359-2087.2020.3873. <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/3873>.
- Orsolon, L. A. M. **O coordenador / Formador como um dos agentes da / na escola.** 2009 https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2724062/mod_resource/content/1/O%20coor%20denador%20como%20agente%20de%20transforma%C3%A7%C3%A3o.pdf
- Pessanha, J. F. G. N. **Impacto das tecnologias na formação docente e as mudanças provocadas nas relações em sala de aula.** Natal/rn SETEMBRO/2020 <http://www.abed.org.br/congresso2020/anais/trabalhos/62472.pdf>
- Reis, A; André, M. E .A. D; PASSOS, L. F. **Políticas de formação de professores no Brasil, pós LDB 9.394/96.** *Formação Docente–Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores*, v. 12, n. 23, p. 33-52, 2020.
- Santos, et al. **O impacto da formação continuada na prática pedagógica.** https://editorarealize.com.br/editora/ebooks/conedu/2021/ebook3/TRABALHO_EV15_0_MD7_SA100_ID4617_29102021104623.pdf .
- Seibel, Lisiane Fátima. **Formação continuada de professores: concepções e possibilidades.** 2022.
- Santos et al. **Formação docente: desafios da prática pedagógica na atualidade.** Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 8, n. 14, p. 1-15, maio, 2021. <http://anais.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/viewFile/9874/9680>
- Silva, L. R. A. **Formação continuada de professoras e professores do ensino fundamental - sentidos e significados.** BRASÍLIA – DF 2022. <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/43657>
- Santana, T. P. **Prática pedagógica tradicional e inovadora.** 2019. https://www.researchgate.net/profile/Thiago-Santana-16/publication/371521469_Pratica_pedagogica_tradicional_e_inovadora/links/64886c84b3dfd73b778135fd/Pratica-pedagogica-tradicional-e-inovadora.pdf
- Silva, et al. **Um olhar sobre a educação inclusiva no pne2014-2024: desafios e perspectivas.** *Rev. Pemo*, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 1-14, 2020. <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3514/3151>

- Santos, et al. **A educação pública segundo a constituição federal de 1988.** (2022). A. Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação, 10– 81. Recuperado de <https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/4123>.
- Saraiva, et al. **A formação continuada de professores de língua portuguesa na educação de adolescentes, jovens e adultos: um estudo sobre as ações formativas na rede municipal de ensino de Goiânia.** 2022
- Soares, L. V; Colares, M. L. I. S. **Educação e tecnologias em tempos de pandemia no brasil.** Vol. 12 | Nº. 28 | Set./Dez. | 2020. <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/download/10157/pdf/38692>
- Trindade, Rosana Cardoso et al. **A metodologia ativa design thinking na formação continuada de profissionais da educação.** 2022. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
- Valle et al. **A formação continuada para uma educação humanizadora: desafios e possibilidades na contemporaneidade.** Debates em Educação | Maceió | Vol. 15 | Nº. 37 | Ano 2023. <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/14930/10619> .
- Viana, M. E. R. P; miguel, J. R. **Formação continuada de professores e o ensino ante as novas tecnologias.** Id on Line Rev. Mult. Psic. V.14, N. 50p. 462-475, Maio/2020. <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2542/3933> .
- Vizotto, Maria Eduarda. **Cursos de formação continuada em espaços não formais de educação: contribuições ao desenvolvimento profissional de professores de ciências da natureza.** 2022. Dissertação (Mestrado em Química Analítica e Inorgânica) - Instituto de Química de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2022.
- Vasconcellos, Celso dos Santos. **Planejamento: Projeto de ensino aprendizagem e Projeto Político Pedagógico - elementos metodológicos para elaboração e realização.** São Paulo: Libertad, 1999.
- Vieira, Monara Nelid Fortuna. **Formação continuada para professores e o uso de vídeos-relatos: construção e avaliação de uma intervenção.** 2019. Dissertação (Mestrado em Psicobiologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2019.
- Veiga, Ilma Passos Alencastro. (org) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** 14a edição Papirus, 2002.